



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC
REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – RFEPT
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – SET EC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
IF BAIANO *CAMPUS* SANTA INÊS

BR 420 (Rodovia Santa Inês – Ubaíra), Zona Rural, Bahia – CEP: 45320 000
Tel.: (73) 3536 1210 – CNPJ: 10.724.903/0002-50
E-mail: gabinete@si.ifbaiano.edu.br

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
2016 - 2020

Aprovado pela Resolução nº 25, de 25 de agosto de 2017, do Conselho Superior/IF Baiano

SANTA INÊS - BA

2016

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
2016 - 2020

EQUIPE DE SISTEMATIZAÇÃO

ARLENE ANDRADE MALTA
MERILANDE DE OLIVEIRA SOARES ELOI
NELIAN COSTA NASCIMENTO
ROSINEIDE BRAZ SANTOS FONSECA
VIVIANE REIS LEPORACE

REVISÃO ORTOGRÁFICA

POLLIANA AZEVEDO MONTEIRO

DIRETOR GERAL

NELSON VIEIRA DA SILVA FILHO

CHEFE DE GABINETE

MARA EVANGELISTA SOUZA

DIRETORA ACADÊMICA

ROSINEIDE BRAZ SANTOS FONSECA

DIRETOR ADMINISTRATIVO

MARCO ANTONIO REIS RODRIGUES

COORDENADORA DE ENSINO

ADRIANA MARTINS DA SILVA BASTOS CONCEIÇÃO

COORDENADORA DE PESQUISA

CAMILA FONSECA LOPES BRANDÃO

COORDENADOR DE EXTENSÃO

FÁBIO CARVALHO NUNES

COORDENADOR DE ASSUNTOS ESTUDANTIS

ÂNGELO FRANCISCO DE SOUZA ANDRADE

COORDENADORES DE CURSOS

ALLAN DELLON BARBOSA ARAUJO – SUBSEQUENTE EM INFORMÁTICA

ARLENE ANDRADE MALTA – PROEJA

CLÊIDIDA BARROS DE CARVALHO – BACHARELADO EM ZOOTECNIA

EDNEY CONCEIÇÃO – LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

ELIVALDO SOUZA DE JESUS – TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA

FRANCISCO ALEXANDRE COSTA SAMPAIO – LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

JEANE CARLA DE OLIVEIRA PADRE – TÉCNICO EM ALIMENTOS

TARCÍZIO VILAS BOAS SANTOS SILVA – TÉCNICO EM ZOOTECNIA

NÚCLEO DE APOIO AO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM, PERMANÊNCIA E ÊXITO DO EDUCANDO

ARLENE LUTTIGARDS DE OLIVEIRA VAZ SAMPAIO

MERILANDE DE OLIVEIRA SOARES ELOI

NELIAN COSTA NASCIMENTO

VIVIANE REIS LEPORACE

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	5
2 CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO	7
3 PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	19
4 OBJETIVOS	24
5 A GESTÃO INSTITUCIONAL	26
6 PRINCÍPIOS ORIENTADORES DO CURRÍCULO.....	42
7 DIRETRIZES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA: A PRÁTICA PEDAGÓGICA E A FORMAÇÃO TÉCNICO-HUMANÍSTICA.....	60
REFERÊNCIAS.....	71

1 INTRODUÇÃO

O documento ora apresentado constitui-se na versão consolidada do Projeto Político Pedagógico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - *Campus* Santa Inês e é resultado da síntese das reflexões e vivências construídas pelos membros da comunidade local ao longo do exercício de implementação da missão e objetivos institucionais.

O processo de consolidação do referido documento foi desenvolvido gradativamente, sistematizando os saberes produzidos nas mais diversas instâncias da vida institucional, traduzindo, assim, o cotidiano vivido na Instituição.

Nesse sentido, tal documento afirma-se como um documento vivo, pois envolve e significa a representação do exercício reflexivo da comunidade acadêmica e posiciona-se em estado de contínua construção e reconstrução, consolidando-se como instrumento político do fazer educacional.

Vasconcelos (1995, p.143) define o PPP como:

(...) instrumento teórico-metodológico que visa a ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica, científica, e, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita ressignificar a ação de todos os agentes da escola.

Este PPP é, pois, um documento que estabelece a identidade institucional ao delinear e informar as políticas, princípios e diretrizes destinados à orientação acadêmico-pedagógica e política do Instituto Federal Baiano *Campus* Santa Inês. O desdobramento das suas proposições indica, também, formas de interlocução que manterá com a sociedade e vice-versa.

Para sua elaboração tomou-se como referencial o artigo 26 da Constituição Federal vigente, que trata dos princípios através dos quais o ensino será ministrado; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394 de 1996 e Lei nº 11.741 de 2008, que a altera em relação aos itens relacionados às formas de articulação entre a Educação Profissional e a Educação Tecnológica; Decretos, Resoluções e Pareceres emanados do Conselho Nacional de Educação (CNE); As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e também as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação e demais normas legais aplicáveis.

Nesse contexto, compreende-se que um Projeto Político Pedagógico bem

sucedido, comprometido com a dimensão humana e pedagógica, resulta da sua consonância com os documentos oficiais do Instituto e da sua consequente implementação pelo diálogo constante entre os partícipes. Sua legitimidade, portanto, passa pela colaboração de todos para favorecer a sua concretização. Esse é nosso desafio!

2 CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO

A Escola Agrotécnica Federal de Santa Inês foi criada pela Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1993, publicada no DOU de 01 de julho de 1993, transformada em Autarquia pela Lei nº 8.731, de 16 de novembro de 1993, com autorização de funcionamento do Estabelecimento através da Portaria nº 51 de 12 de julho de 1999 da SEMTEC.

Com a criação dos Institutos Federais, promulgada pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, publicada no DOU de 30 de dezembro de 2008, a antiga Escola Agrotécnica de Santa Inês passa a configurar-se como o *Campus* Santa Inês do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, com autorização de funcionamento da Unidade de Ensino através da Portaria MEC nº 04, de 06 janeiro de 2009, publicada no DOU de 07 de janeiro de 2009.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano é resultante da integração das Escolas Agrotécnicas Federais da Bahia e das Escolas Médias de Agropecuária Regional da CEPLAC (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira).

Nesta nova configuração o *Campus* Santa Inês passa a ofertar, além dos Cursos Técnicos Profissionalizantes de Nível Médio, também Cursos Subsequentes e de Graduação, a fim de cumprir com a meta do governo Federal de interiorizar a Educação Pública Superior.

2.1 O *Campus* Santa Inês na região do Vale do Jiquiriçá: implicações no desenvolvimento local e regional

A Bahia é uma das 27 Unidades Federativas do Brasil, situada ao sul da região Nordeste, ocupando uma área de 733,081 km². Com 417 municípios, tem a sua população composta por 15.203.934 habitantes, com densidade demográfica de 24,82 hab./km². O crescimento demográfico é da ordem de 1,1% ao ano (1991-2006), com população urbana da ordem de 67,6% (SEI/IBGE, 2004).

A economia baiana é a maior do Nordeste; representa 30% da produção regional e varia entre a quinta e a sexta economia do Brasil (BRASIL, 2015). No ano de 2013, o Produto Interno Bruto (PIB) da Bahia cresceu 3,0%, superando a média

nacional, de 2,3.

A Bahia passa ainda por uma fase de interiorização dos investimentos, o que favorecerá o seu desenvolvimento. Os principais fatores da interiorização dos investimentos são a criação de um mercado consumidor e a expansão do ensino técnico e universitário.

Com relação à educação na Bahia, onde, há pouco tempo, o Ensino Superior federal restringia-se, unicamente, à Universidade Federal da Bahia (UFBA), iniciativas recentes ampliaram a participação da União na educação superior da Bahia com a criação da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFBA e IF Baiano) e com expansão da própria UFBA, em Vitória da Conquista e Barreiras. Soma-se à expansão federal da educação superior a participação mantida pela administração estadual com as Universidades Estaduais de Feira de Santana (UEFS), do Sudoeste Baiano (UESB), de Santa Cruz (UESC) e a Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Especificamente, intenciona-se que o IF Baiano responda com a ampliação da oferta de cursos de graduação, tecnólogos, licenciaturas e engenharias, abrindo novas perspectivas para a juventude baiana. Atualmente com dez campi (Figura 1), poderá estender-se a todo território baiano a partir da implementação do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, lançado em abril de 2007, como política do Plano de Desenvolvimento da Educação (MEC, 2007).

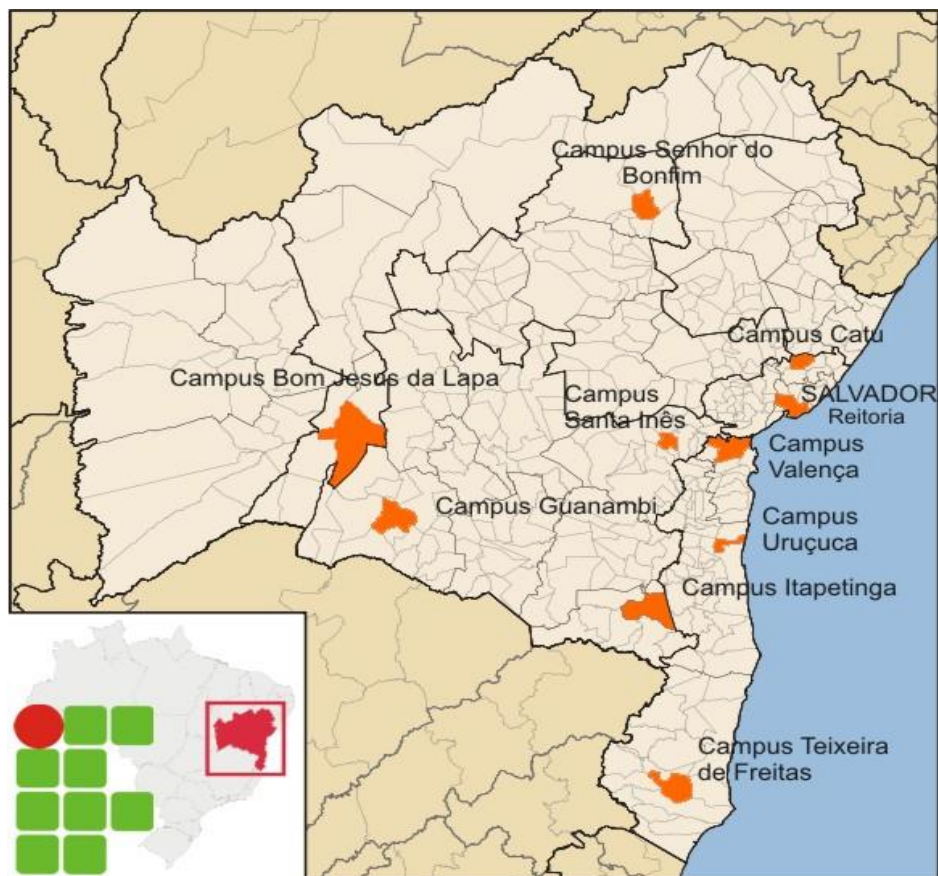


Figura 1: Localização dos *Campi* do IF Baiano

Marco Situacional do *Campus* de Santa Inês

O IF Baiano *Campus* Santa Inês fica localizado no município de Santa Inês, que possui uma área total de 356 Km². Historicamente, o distrito de Santa Inês foi criado pela Lei Estadual nº 251, de 17 de junho de 1898, figurando nos quadros de apuração do recenseamento de 1920, subordinado ao município de Areia (atual Ubaíra). Por força da Lei Estadual nº 1714, de 22 de julho de 1924, foi criado o município de Santa Inês, ocorrendo sua instalação em 26 de outubro do mesmo ano. A sede recebeu foros de cidade pela Lei Estadual nº 1.944, de 18 de maio de 1927.

Segundo as divisões territoriais de 1936 e 1937, como também pelo quadro anexo ao Decreto-Lei Estadual nº 10.724, de 30 de março de 1938, o município de Santa Inês compõe-se de três distritos: Santa Inês, Olhos d'Água e Lagoa Queimada, observando-se o mesmo no quadro territorial em vigor no quinquênio 1939-1943, estabelecido pelo Decreto Estadual nº 11.039, de 30 de novembro de 1938, no qual o distrito de Olhos d'Água aparece com a nova denominação: Igatiquirea.

Em virtude do Decreto-Lei Estadual nº 141, de 31 de dezembro de 1943, que

fixou o quadro territorial para vigorar no quinquênio 1944-1948, o município de Itaquara foi extinto e seu território anexado como distrito ao município de Santa Inês. Desse modo, Santa Inês figura com quatro distritos: Santa Inês, Igatiquira, Irajuba (ex-Lagoa Queimada) e Itaquara. Todavia o Decreto Estadual nº 12.978, de 01 de junho de 1944, que retificou o Decreto-Lei Estadual nº 141, restaurou o município de Itaquara, voltando Santa Inês a possuir três distritos.

Sua composição administrativa, atualmente, possui apenas o distrito-sede: Santa Inês e, de acordo com dados do Censo 2010 (IBGE), a População da cidade com pessoas residentes é de 10.363 habitantes; portanto, um município pequeno.

De acordo com a mesma fonte, foram registrados em 2008 nesse mesmo município 890 matrículas no Ensino Médio e 58 docentes aptos a lecionar nesse nível de ensino¹. Municípios do entorno, como os que compõem o Vale do Jiquiriçá, têm uma realidade muito semelhante. Por essas informações, percebe-se que o IF Baiano está localizado numa região de bastante carência socioeconômica e educacional. A expectativa é que a abertura de cursos de nível superior seja uma grande oportunidade de crescimento e investimento para a região.

2.2 Identidade Institucional

O IF Baiano *Campus* Santa Inês valida a identidade construída pela anterior Escola Agrotécnica e consolida-se na região do Vale do Jiquiriçá com a oferta de cursos e serviços de pesquisa e extensão que objetivam a valorização da cultura da região e o desenvolvimento de meios e instrumentos de capacitação da população local para a melhoria da sua inserção nos contextos político, econômico e social.

Assim, segue construindo a sua identidade alinhada aos seguintes pressupostos teórico-metodológicos:

a) Concepção de ser Humano, Sociedade, Cultura e Educação

Prioriza uma educação que, na formação dos sujeitos, seja considerado o desenvolvimento de todas as dimensões humanas, e não apenas a

¹ Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2008 - Base de dados IBGE (2009).

formação restrita e unilateral para atender ao mercado de trabalho. Pretende, assim, contribuir para a formação e preparação de sujeitos epistêmicos que possam refletir sobre sua prática diante de um mundo que exige a capacidade de adquirir conhecimentos para inovar qualitativamente no meio físico, científico e social.

Acredita-se, através do comprometimento com a educação, poder contribuir para uma sociedade mais justa, democrática, solidária, culturalmente pluralista, pautada nos princípios éticos e no respeito à diversidade e à liberdade de pensamento, na qual o sujeito tenha a possibilidade de desenvolver suas potencialidades e de construir-se de forma autônoma e solidária.

Como destaca Freire (2006), é preciso entender a educação como um processo de ampliação do desenvolvimento humano, que deve proporcionar uma caminhada para o exercício crítico e emancipador de uma identidade que cumpra com os ideais de autonomia e liberdade, consagrando-se como transformadora.

b) Concepção de Ciência, Tecnologia e Educação

As profundas mudanças ocorridas no mundo do trabalho, decorrentes dos recentes padrões tecnológicos e processos de organização e gestão do trabalho, desencadearam novas relações entre trabalho, ciência e cultura.

Situado no campo das instituições que ofertam educação profissional, o IF Baiano propõe uma formação integral que envolva o debate sobre a complexidade das relações de trabalho integrado ao conhecimento científico e tecnológico, considerando os contextos sócio-históricos em que o trabalho se realiza.

Nessa perspectiva, adota-se a compreensão apresentada por Kuenzer (2008) de que os conhecimentos científicos e tecnológicos devem ser tratados de forma integrada, buscando promover articulação entre os conhecimentos gerais e específicos de modo a contemplar a ciência contemporânea, as novas tecnologias, as relações sócio-históricas estabelecidas na sociedade e no trabalho e as diferentes formas de linguagem presentes nos espaços sociais e produtivos.

A educação deve, nesse sentido, constituir-se em um processo de ampliação

e de desenvolvimento humano que se encaminhe para o exercício do pensamento dialético e a construção de uma identidade crítica e emancipada.

c) Educação e o contexto atual do mundo do trabalho

A educação, em sua essência, é um processo de produção de conhecimentos necessários ao homem em sua inter-relação com outros indivíduos e a natureza. Esse processo ocorre no próprio contexto do trabalho, e vice-versa, vez que dele é resultado.

Partindo dessa concepção, a crítica ao projeto de instituição educacional sob a ótica do trabalho enquanto formação de mão-de-obra qualificada, da ideia ampliada da formação profissional sem explicitar relação com o chamado mundo do trabalho, deve ser superada.

Para o PPP do Instituto Federal Baiano *Campus Santa Inês*, tomamos como referência a relação entre educação e trabalho proposta por Gramsci, que se constrói no equilíbrio entre ordem social e natural, de concepção histórico-dialética do mundo, fundada no trabalho mas também na atividade teórica e prática do homem, de caráter científico e tecnológico, para além de um caráter puramente humanista e distinguindo-se no conteúdo e no método, ou seja, na concepção de educação para a formação do homem cidadão.

d) Diversidade e Inclusão

Esses são temas que exigem atenção à vida humana e cidadã e que, na última década, passaram a ser recorrentes nos estudos que envolvem os processos de ensinar e de aprender. No entanto, no nosso país, embora a diversidade própria aos sujeitos seja inegável na sua constituição (raça, sexualidade, gênero, geracional...), nas relações sociais são encobertas pelo falso discurso da igualdade constitucional. E este discurso tira do cenário político a necessidade de enfrentamento das questões que envolvem os diferentes tipos de preconceito e discriminações pungentes na nossa sociedade.

Daí, faz-se urgente e necessário que todo e qualquer discurso e prática político-pedagógica assuma o pressuposto básico de reconhecimento e, em especial, respeito às diferenças.

Para tanto, o Projeto Político Institucional (PPI) do IF Baiano, para além de concepções teóricas deve assegurar condutas e práticas que assegurem no cotidiano da instituição o estabelecimento e desenvolvimento de ações que garantam a todos os sujeitos o pleno exercício da sua cidadania e a promoção de espaços interativos de vivência coletiva e solidária, onde os diferentes aprendam e produzam a partir das suas especificidades.

Assim, poderemos validar os princípios de Diversidade compreendidos a partir dos referenciais da Complexidade e Multiculturalidade, a partir dos quais podemos compreender tanto as qualidades humanas diversas às nossas, quanto àquelas estranhas aos grupos aos quais pertencemos, mas que se apresentam em E inclusão como o conjunto de ações que garantam a equidade nas relações entre os diferentes sujeitos e desses com os diferentes objetos de conhecimento.

2.3 Missão

Oferecer educação profissional de qualidade, pública e gratuita em todos os níveis e modalidades, preparando pessoas para o pleno exercício da cidadania e contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do país, através de ações de ensino, pesquisa e extensão.

2.4 Função Social

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano implementará ensino de qualidade, bem como a inclusão de jovens, adultos e pessoas com necessidades especiais no universo da comunidade escolar, contando com a coparticipação de vários atores sociais, como entidades integrantes do setor privado, do terceiro setor, além de diversos segmentos da sociedade, com vistas ainda à maximização da relação custo-benefício, considerando todas as nuances e etapas do processo formativo.

A proposta pretende, ainda, fomentar total interação entre o IF Baiano e a sociedade, envolvendo os servidores docentes e técnico-administrativos, os estudantes, os funcionários terceirizados que prestam serviços à Instituição e os

diversos segmentos sociais, para que sejam discutidas alternativas viáveis à construção de uma instituição mais ágil e reflexiva, que formule e implemente projetos de ensino, pesquisa e extensão comprometidos com a sociedade, com o tempo presente e com as soluções almejadas, com vistas ao desenvolvimento econômico dos municípios de influência e demais regiões atendidas por esta Instituição.

O IF Baiano tem a sua criação notadamente marcada pela incorporação de grande responsabilidade, em função, primordialmente, da incumbência de agregar instituições de ensino que estão situadas em regiões que apresentam distintas realidades socioeconômicas no Estado da Bahia.

Para melhor entendimento da magnitude deste compromisso educacional, faz-se imprescindível vislumbrar as unidades agregadas, principalmente acerca dos aspectos peculiares de cunho geográfico, social e econômico nos diferentes nichos de atuação de cada *Campus*.

Tal diversidade propicia a existência de diferentes realidades socioeconômicas e culturais, com a formação de um público alvo também com características distintas, ensejando a constituição de comunidades internas, em que discentes e servidores trazem uma miscigenação de vivências salutar para a consecução dos objetivos formativos a que o *Campus* se propõe.

Agregar as condições distintas de todas as regiões em que os *campi* se inserem, abre a perspectiva para a necessidade de construção de um Projeto Pedagógico primordialmente inclusivo e participativo, que também proporcione o atendimento das exigências crescentes e dinâmicas do mundo do trabalho.

No âmbito interno deste *Campus*, de forma alinhada aos pressupostos e princípios da Instituição, são implementadas políticas que contemplam os objetivos macros de democratização da escola pública de qualidade através do estímulo ao acesso, permanência e êxito dos estudantes seguindo os itinerários de formação oferecidos e da criação de apoio financeiro e pedagógico e da política de acompanhamento de egressos.

Vale também ressaltar que externamente dever-se-á desenvolver ações que enfatizem a responsabilidade social que o Instituto deve assumir perante as comunidades nas áreas de abrangência do *Campus*, objetivando atingir determinados mecanismos de interação com o mundo do trabalho, relações de parcerias com a comunidade externa, empresas, organizações e instituições que

contribuam para empoderamento das economias locais e ampliação dos ambientes de realização de estágio dos discentes.

O processo de avaliação institucional do *Campus* será permanente de forma a assegurar a efetiva responsabilidade social a qual este Instituto se propõe. Para tanto, se efetivará através da Comissão Permanente de Avaliação – CPA e de Comissão Local, composta por representante dos docentes, dos técnicos administrativos e discentes.

2.5 Áreas de formação e cursos oferecidos

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, como uma rede social de educação profissional e tecnológica, atua de forma mais abrangente e eficaz nas demandas crescentes por formação de recursos humanos e na difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, em sintonia com os arranjos produtivos locais, como forma de efetivar o seu compromisso social.

Além disso, atua em todos os níveis e modalidades da educação profissional, com estreito compromisso com o desenvolvimento integral do cidadão trabalhador. Nessa perspectiva, o *Campus* Santa Inês assegura a vinculação de um mínimo de 50% das vagas para os cursos de educação profissional técnica, preferencialmente integrada ao ensino médio, e de cursos de formação profissional de trabalhadores na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), visando incorporar, antes de tudo, setores sociais que, historicamente, foram alijados do processo de democratização do conhecimento.

Além disso, no mínimo, 20% das vagas ofertadas devem ser destinadas aos cursos de licenciatura e a programas especiais de formação pedagógica, objetivando a formação de professores e especialistas para as disciplinas científicas do Ensino Médio e da Educação Profissional. Concomitantemente, serão destinadas, ainda, 30% das vagas para cursos de tecnólogos, bacharelados e pós-graduação.

A proposta curricular não se limita às ofertas da formação puramente acadêmica, pois a concepção institucional já aponta para uma construção formativa que busque a perspectiva da transversalidade. Assim, na sua arquitetura curricular, está assegurada a flexibilidade de itinerários de formação que permitam um diálogo rico e diverso em seu interior; a integração dos diferentes níveis de Educação Básica

e do Ensino Superior - da educação profissional e tecnológica, além de propiciar a educação continuada e a verticalização do ensino.

Nessa proposta, agregam-se à formação acadêmica a preparação para o trabalho em uma educação profissional e tecnológica contextualizada, baseada em conhecimentos, princípios e valores que potencializem a ação humana na busca por caminhos mais dignos de vida.

Nesta perspectiva, o *Campus* Santa Inês oferece os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio nas formas integrada, subsequente e PROEJA; Educação Superior e cursos de Educação à Distância (EaD). Desta forma, busca atender às necessidades específicas da região, possibilitando aos estudantes melhor inserção ou recolocação no mercado de trabalho.

Os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio ofertados pelo *Campus* Santa Inês fazem parte dos Eixos Tecnológicos de: Recursos Naturais, Produção Alimentícia e Informação e Comunicação, conforme Catálogo Nacional de Cursos Técnicos 2014, a saber:

- **Eixo Tecnológico de Recursos Naturais:**

Curso Técnico em Agropecuária (integrado): com autorização de funcionamento por meio da Resolução nº 07, de 27 de março de 2013, do CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO, publicada no DOU em 08 de abril de 2013.

Curso Técnico em Zootecnia (integrado): com autorização de funcionamento por meio da Resolução nº 07, de 27 de março de 2013, do CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO, publicada no DOU em 08 de abril de 2013.

Curso Técnico em Agropecuária PROEJA Alternância (integrado): com autorização de funcionamento por meio da Resolução nº 14, de 09 de outubro de 2012, do CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO.

- **Eixo Tecnológico de Produção Alimentícia:**

Técnico em Alimentos (integrado): Resolução nº 06, de 08 de março de

2010, do CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO, publicada no DOU em 09 de março de 2010.

- **Eixo Tecnológico de Informação e Comunicação:**

Curso Técnico em Informática (subsequente): com autorização de funcionamento por meio da Resolução nº 01, de 15 de julho de 2009, do CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO, publicada no DOU em 30 de setembro de 2009.

- **Eixo Tecnológico de Gestão e Negócios:**

Cursos Técnicos Subsequentes, na modalidade à distância em Serviços Públicos: com autorização de funcionamento por meio da Resolução nº 36, de 20 de dezembro de 2011, do CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO, publicado no DOU de 25 de janeiro de 2012.

- **Eixo Tecnológico Hospitalidade e Lazer:**

Cursos Técnicos Subsequentes, na modalidade à distância em Eventos: com autorização de funcionamento por meio da Resolução nº 36, de 20 de dezembro de 2011, do CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO, publicado no DOU de 25 de janeiro de 2012.

A Educação Superior ofertada pelo *Campus* Santa Inês contempla cursos de licenciaturas e de bacharelado.

- **Licenciaturas**

Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas: com autorização de funcionamento por meio da Resolução nº 01, de 15 de julho de 2009, do CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO, publicada no DOU em 30 de setembro de 2009. Autorizado pelo MEC: Portaria SESU/MEC Nº. 484 de 19/12/2011 – DOU 25/01/2012.

Reconhecido pelo MEC: Portaria SESU/MEC Nº. 306 de 23/04/2015 – DOU 24/04/2015.

Curso de Licenciatura em Geografia: com autorização de funcionamento por meio da Resolução nº 01, de 15 de julho de 2009, do CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO, publicada no DOU em 30 de setembro de 2009. Reconhecido pelo MEC: Portaria SESU/MEC Nº. 306 de 23/04/2015 – DOU 24/04/2015.

- **Bacharelado**

Curso de Bacharelado em Zootecnia: com autorização de funcionamento por meio da Resolução nº 01, de 15 de julho de 2009, do CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO, publicada no DOU em 30 de setembro de 2009. Reconhecido pelo MEC: Portaria SESU/MEC Nº. 1039 de 23/12/2015 – DOU 24/12/2015.

3 PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

De acordo com a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996, em seu artigo 39, a Educação Profissional é uma modalidade de educação/ensino que “integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva” (BRASIL, 1996). A Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM), além da formação para o trabalho, é compreendida como um direito do cidadão, pautada em processos formativos para a prática social, que articula as atividades intelectuais e manuais de maneira crítica e dialógica, possibilitando a formação geral e profissional através da oferta de programas flexíveis e relacionados às demandas contemporâneas.

A Educação Profissional Técnica de Nível Médio no IF Baiano, e especificamente no *Campus Santa Inês*, é concebida como mecanismo que:

- a) promove a formação integral e integrada com a prática social transformadora;
- b) oportuniza a ampliação e aprofundamento de conhecimentos científicos e tecnológicos contemporâneos;
- c) articula a teoria com a prática para o domínio da técnica em nível intelectual;
- d) qualifica para a gestão e o mundo do trabalho.

A proposta curricular da EPTNM deve, portanto, dialogar com o Ensino Médio, através da preparação básica para o mundo do trabalho de maneira planejada, tanto de forma complementar quanto interativa. Afinal,

A preparação básica para o trabalho deve estar organicamente integrada tanto à base nacional comum quanto à parte diversificada do currículo, ao mesmo tempo em que os conhecimentos associados à realidade do mundo do trabalho devem ser básicos à quaisquer atividades produtivas (RAMOS, 2005).

3.1 Formação Humana: Diversidade, Inclusão e Cidadania

Apesar do ideal de proporcionar uma educação de qualidade aos/às brasileiros(as) independente de sua etnia/raça, idade, gênero, orientação sexual e/ou credo estar preconizado na Constituição Federal de 1988, que em seu o artigo

206, inciso I, identifica como um dos princípios para o ensino a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, observa-se ainda, uma persistente luta de alguns grupos sociais para fazer valer esses direitos.

Nesse contexto, quando se aborda sobre os princípios da educação inclusiva e da diversidade, não tratamos somente das pessoas com deficiência, mas também do(as) afro-brasileiros(as), do(s) indígena(s), da(s) mulheres; das pessoas em desvantagem social, bem como da diversidade sexual, própria aos agrupamentos humanos.

A luta, então, por uma escola inclusiva que acolha a diversidade começa na concepção institucional e no planejamento de suas ações; intensificando-se no momento em que cada um desses grupos reivindica sua inserção no espaço educacional, não apenas no que se refere à garantia ao direito de sua entrada, permanência e êxito no percurso formativo, mas, sobretudo que a educação ofertada lhe garanta as ferramentas necessárias à inserção qualificada no mundo do trabalho e em todos os segmentos da sociedade.

A partir dessas prerrogativas foi criada, em 2008, a Política de Inclusão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para os grupos em desvantagem social.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, com isso, assegura o compromisso com as políticas públicas de Estado, coadunando a Política da Diversidade e Inclusão com a Política de Assistência Estudantil, com o termo de Acordo de Metas e Compromissos - TAM, firmado com a SETEC/MEC, visando consolidar a democracia e a ampliação da cidadania.

Por intermédio da Política da Diversidade e de Inclusão do IF Baiano, são desenvolvidas ações e programas integrados ao campo do ensino, da pesquisa e da extensão, tendo como esteio a consagração da cultura dos direitos fundamentais à dignidade humana, da melhoria da qualidade educacional, da defesa da formação de valores essenciais para o convívio em sociedade e da garantia de direito à igualdade de oportunidades.

Alicerçados por essa Política, o *Campus* Santa Inês instituiu o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE, o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas – NEABI e o Núcleo de Apoio ao Processo de Ensino Aprendizagem, Permanência e Êxito do Educando – NAPEA; todos com o objetivo de promover ações que garantam a democratização das relações humanas e a

qualidade no processo do ensinar e do aprender.

3.2 Concepção de educação e a sua relação com o mundo do trabalho

O trabalho como princípio educativo não significa formar para o exercício do trabalho, mas equivale a dizer que o ser humano é produtor de sua realidade e, por isso, se apropria dela e pode transformá-la. Podemos dizer, ainda, que nós somos sujeitos de nossa história e de nossa realidade. Portanto, o trabalho é a primeira mediação entre o homem e a realidade material e social. O trabalho também se constitui como prática econômica, obviamente, porque nós garantimos nossa existência, produzindo riquezas e satisfazendo necessidades.

Na sociedade moderna a relação econômica vai se tornando fundamento da profissionalização e esta se opõe à simples formação para o mercado de trabalho. Logo, formar profissionalmente não é preparar exclusivamente para o exercício do trabalho, mas sim proporcionar a compreensão das dinâmicas socioprodutivas das sociedades modernas com as suas conquistas e os seus revezes, e também habilitar as pessoas para o exercício autônomo e crítico de profissões, sem nunca se esgotar a elas. Para a construção de um projeto unitário de ensino que reconhece e valoriza o diverso e, ainda, supera a dualidade histórica entre formação básica e formação profissional, está a compreensão do trabalho no seu duplo sentido:

1. ontológico: como práxis humana e, então, como a forma pela qual o homem produz sua própria existência na relação com a natureza e com os outros homens e, assim, produz conhecimentos;

2. histórico: que no sistema capitalista se transforma em trabalho assalariado ou fator econômico, forma específica da produção da existência humana sob o capitalismo; portanto, como categoria econômica e práxis produtiva que, baseadas em conhecimentos existentes, produzem novos conhecimentos.

No sentido ontológico, o trabalho é princípio educativo à medida em que proporciona a compreensão do processo histórico de produção científica e tecnológica, como conhecimentos desenvolvidos e apropriados socialmente para a transformação das condições naturais da vida e a ampliação das capacidades, das potencialidades e dos sentidos humanos. O trabalho, nesse sentido, é princípio e organiza a base unitária do ensino médio. Pelo sentido histórico, o trabalho é

princípio educativo no ensino médio na medida em que coloca exigências específicas para o processo educativo, visando a participação direta dos membros da sociedade no trabalho coletivo e produtivo. Nesse sentido, fundamenta-se e justifica-se pela formação específica para o exercício de profissões, essas entendidas como uma forma contratual socialmente reconhecida. Como razão da formação específica, o trabalho aqui se configura também como contexto. Se pela formação geral as pessoas adquirem conhecimentos que permitam compreender a realidade, na formação profissional o conhecimento científico adquire, para o trabalhador, o sentido de força produtiva, traduzindo-se em técnicas e procedimentos, a partir da compreensão dos conceitos científicos e tecnológicos básicos que o possibilitarão a atuação autônoma e consciente na dinâmica econômica da sociedade.

3.3 Concepção de Ciência e Tecnologia

O que impulsiona o homem em direção à ciência é a necessidade de compreender a cadeia de relações que se esconde por trás das aparências sensíveis dos objetos, fatos ou fenômenos, captadas pela percepção sensorial e analisadas de forma superficial, subjetiva e crítica pelo senso comum. O homem quer ir além dessa forma de ver a realidade imediatamente percebida e descobrir os princípios explicativos que servem de base para a compreensão da organização, classificação e ordenação da natureza em que está inserido.

Através desses princípios, a realidade passa a ser percebida pelos olhos da ciência não de uma forma desordenada, esfacelada, fragmentada, como ocorre na visão subjetiva e crítica do senso comum, mas sob o enfoque de um critério orientador, de um princípio explicativo que esclarece e proporciona a compreensão do tipo de relação que se estabelece entre os fatos, coisas e fenômenos, unificando a visão de mundo (KÖCHE, 1997).

No mundo atual, a tecnologia tem se apresentado como o principal fator de progresso e de desenvolvimento. No paradigma vigente, ela é assumida como um bem social e, juntamente com a ciência, é o meio para a agregação de valores aos mais diversos produtos, tornando-se chave para a competitividade estratégica e para o desenvolvimento social e econômico de uma região.

Ante esse breve histórico sobre a concepção de ciência e tecnologia, pode-se inquirir sobre o papel que o IF Baiano *Campus* Santa Inês deve exercer junto aos sujeitos educativos e à sociedade na qual a Instituição está inserida. Na resposta a essa inquirição, considere-se que é inadmissível qualquer defesa a favor da neutralidade da ciência, entendendo-se, ainda, que o desenvolvimento científico não pode ficar restrito a um pequeno grupo de privilegiados. Também é necessário considerar que a ciência não deve ser tratada como uma mercadoria vinculada a interesses hegemônicos e que o conhecimento não deve ser concebido fora de uma perspectiva integradora e comprometida em diluir distinções artificiais entre as chamadas ciências da natureza e as humanidades.

Já a tecnologia na educação contemporânea do jovem deverá ser contemplada também como processo. Em outras palavras, não se trata apenas de apreciar ou dar significado ao uso da tecnologia, mas de conectar os inúmeros conhecimentos com suas aplicações tecnológicas, recurso que só pode ser bem explorado em cada nucleação de conteúdos, e que transcende a área das Ciências da Natureza.

4 OBJETIVOS

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da Educação de Jovens e Adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada a trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão, na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;

VI - ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação ***lato sensu*** de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;

e) cursos de pós-graduação ***stricto sensu*** de mestrado e doutorado que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas ao processo de geração e inovação tecnológica.

5 A GESTÃO INSTITUCIONAL

A Gestão do *Campus* Santa Inês se organiza funcionalmente a partir do indicado no organograma institucional. Internamente busca assegurar a gestão democrática proposta para o ensino público, princípio indicado no Título II, Art. 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96), e defendido pelo Projeto Político Institucional (PPI) do IF Baiano.

Assim, agrega ao seu cotidiano proposições e práticas que buscam instituir e/ou manter um cenário no qual a democratização das relações humanas se institucionalizam na consecução de um projeto político pedagógico comprometido com valores éticos e solidários, necessários à formação dos diferentes sujeitos no contexto da cidadania.

Daí que, em comunhão com Saviani (1999, p. 54), sustenta que:

A relação entre educação e democracia se caracteriza pela dependência e influência recíprocas. A democracia depende da educação para o seu fortalecimento e consolidação e a educação depende da democracia para seu pleno desenvolvimento, pois a educação não é outra coisa senão uma relação entre pessoas livres em graus diferentes de natureza humana.

Alicerçadas nesses referenciais é que a gestão administrativa e pedagógica do *Campus* orienta a construção dos seus documentos, assim como a proposição e execução dos seus projetos de gestão, de cursos, pesquisa e extensão.

5.1 A democracia como princípio da gestão

Como apenas uma das muitas células do tecido social, a instituição escolar ainda comporta a dualidade própria de todos os contextos que encarnam a possibilidade de contribuir significativamente na melhoria das relações humanas, sociais, econômicas e culturais.

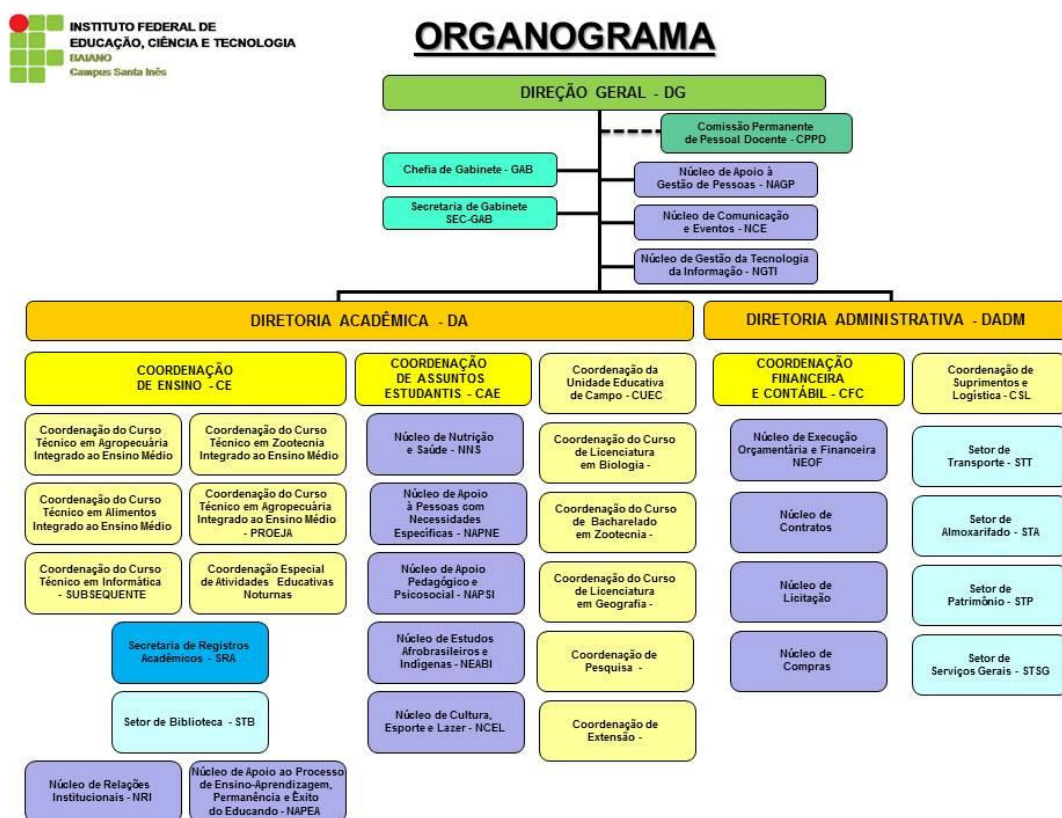
Assim sendo, reflete os anseios sociais e democráticos de luta por uma sociedade mais justa e igualitária – alterando-se sempre que as reformas se tornam prioridade ao modelo de sociedade assumido coletivamente, ao mesmo tempo em que condensa, pelas condições físicas impostas, as limitações oriundas de forças retrógradas que validam o acesso ao saber sistematizado apenas para uma parcela privilegiada da população.

Neste contexto dialético é que a gestão do *Campus* Santa Inês sustenta os referenciais democráticos no processo de gerenciamento do fazer cotidiano. Assim, toma por princípios da administração eficiente aqueles apresentados por Pileti e Rossato (2010, p. 33-35), quais sejam:

- Planejamento: [...] os agentes, órgãos e as entidades educativas precisam saber de antemão quais objetivos querem alcançar [...];
- Coordenação sistêmica: as atividades administrativas e políticas do sistema escolar têm de estar integradas entre si quanto com os planos e os programas de outros sistemas sociais (econômico, político, cultural, artístico etc.) [...];
- Descentralização e autonomia: a descentralização justifica-se pela idéia de que os órgãos e os agentes descentralizados se mantêm mais próximos das necessidades reais, estando mais capacitados, portanto, para solucionar os problemas de maneira rápida e eficaz [...];
- Gestão democrática: [...] princípios como descentralização, autonomia e delegação de competências têm de permitir que pais de alunos, professores, diretores, comunidade local e poder público possam realizar um arranjo educacional que permita coordenar, avaliar, fiscalizar e construir um sistema de ensino capaz de dar respostas efetivas ao contexto no qual está inserido;
- Delegação de competências: [...] quanto mais uma pessoa física ou jurídica tiver liberdade para decidir e agir, mais exercerá suas funções com responsabilidade. Além disto, conhecer os fatos é condição indispensável para tomar decisões corretas [...]
- Controle ou avaliação: [...] procedimento essencial para que se saiba se os objetivos estão sendo alcançados ou se há necessidade de mudança nos rumos seguidos [...], a avaliação contínua é uma condição indispensável ao desenvolvimento constante.
- Arranjos educativos territoriais e locais: trata-se de procurar efetivar [...] uma mobilização social pela educação, a fim de integrar organizações governamentais e não-governamentais, famílias, grupos, coletividades etc.; com o objetivo de transformá-los ou uni-los em uma comunidade ou em uma rede de aprendizagem efetiva e de qualidade [...].

Dessa forma é que se pensa e se busca materializar o processo de gestão administrativa e pedagógica do *Campus*.

5.2 Os Setores Administrativos e suas funções



O organograma do *Campus* Santa Inês segue o estabelecido em nível institucional para todos os *Campi* do IF Baiano. As funções dos diversos setores seguem a lógica e organização próprias à instituição e, atualmente, estão sendo regulamentadas no interior de uma Comissão constituída em Portaria nº 260, de 03 de março de 2015, a qual objetiva construir os regimentos internos da Reitoria e dos *Campi*, considerando a legislação e alinhamento organizacional equânime para as catorze (14) unidades e Reitoria do IF Baiano.

5.3 Recursos Humanos

Atualmente, o *Campus* conta com uma equipe de sessenta e quatro (64) Técnicos-Administrativos; setenta (70) Professores Efetivos, onze (11) Professores Substitutos, um (01) Professor Temporário e três (03) Estagiários.

5.4 O Planejamento Estratégico

O Planejamento Estratégico é uma forma de construir, rever ou desenvolver a realidade de uma instituição. No IF Baiano o Planejamento Estratégico, descrito no PDI, estabelece as diretrizes organizacionais expressas por meio da Missão, Visão, Valores e Objetivos Estratégicos, de modo a traduzir os anseios da comunidade acadêmica.

O Planejamento Estratégico para o período de 2015-2019 é assumido não somente como ferramenta de gestão para a melhoria contínua dos serviços públicos prestados, mas como estratégia de fortalecimento da identidade institucional junto à comunidade interna e externa.

Por ser uma instituição *multicampi*, cada *Campus* desenvolve o Plano Anual de Ações em consonância com as iniciativas estratégicas e o detalhamento dos procedimentos a serem desenvolvidos. A metodologia para o acompanhamento e o desenvolvimento do trabalho nos diferentes setores visa o planejamento coletivo e intersetorial. O que se busca é que o planejamento estratégico constitua um espaço de discussão e aperfeiçoamento contínuo da gestão, de modo que os diferentes atores da comunidade acadêmica tenham a oportunidade de expressar e contribuir para o desenvolvimento de uma instituição que esteja a serviço da comunidade local e regional. O planejamento estratégico será retroalimentado a cada nova avaliação institucional, a qual poderá apontar para novos caminhos a serem percorridos.

5.5 O Planejamento Pedagógico

Na medida em que se concebe o planejamento como um meio para facilitar e viabilizar a democratização do ensino, o seu conceito necessita ser constantemente repensado. No momento, esclarecemos que o planejamento

pedagógico deve ser concebido, assumido e vivenciado no cotidiano da prática social docente, como um processo de reflexão.

A palavra reflexão vem do verbo latino 'reflectire' que significa 'voltar atrás'. É, pois, um (re)pensar, ou seja, um pensamento em segundo grau. [...] Refletir é o ato de retomar, reconsiderar os dados disponíveis, revisar, vasculhar numa busca constante de significado. É examinar detidamente, prestar atenção, analisar com cuidado. E é isto o filosofar. (SAVIANI, 1987, p.23).

Pedagogicamente, pretende-se algo articulado, crítico e rigoroso, pois ainda segundo Saviani (1987, p. 24), para que a reflexão seja considerada filosófica, ela tem de preencher três requisitos básicos, ou seja, ser:

- “radical” - o que significa buscar a raiz do problema;
- “rigorosa” - na medida em que faz uso do método científico;
- “de conjunto” - pois exige visão da totalidade na qual o fenômeno aparece.

Pode-se, pois, afirmar que o planejamento do ensino é o processo de pensar, de forma “radical”, “rigorosa” e “de conjunto”, os problemas da educação escolar no processo de ensinar e de aprender. Consequentemente, planejamento do ensino é algo muito mais amplo e abrange a elaboração, execução e avaliação de planos e projetos de ensino. O planejamento, nessa perspectiva, é, acima de tudo, uma atitude crítica do educador diante de seu trabalho docente.

Conscientes, então, da importância do planejamento para a prática docente, o *Campus Santa Inês* adotou horário específico para esta ação. Semanalmente, às quartas-feiras, das 15h30min às 17h30min são realizados encontros entre docentes, gestores e equipe pedagógica objetivando a discussão de temas tanto do âmbito pedagógico quanto administrativo, visando à promoção de espaços de reflexão coletiva para que se possa instituir uma prática pedagógica democrática e humanizada.

5.5.1 Metodologia de Ensino

A concepção de metodologia do *Campus Santa Inês* prioriza a construção do conhecimento, levando em consideração que o aluno é o próprio sujeito de sua aprendizagem.

Fundamenta-se essencialmente em teorias educacionais inovadoras e de integração; no processo de avaliação contínua, entendendo o ato avaliativo como um instrumento de construção; na aprendizagem orientada no sentido de qualificar pessoas capazes de compreender a complexa realidade mundial; na reflexão de modo integrado sobre os diversos contextos; no aprendizado ativo destinado a conquistar conhecimento específico, estabelecer associações e articulações pertinentes e adequadas.

Ainda no concernente à metodologia, cabe salientar a importância da relação professor e aluno, orientada no sentido de proporcionar o desenvolvimento de habilidades para intervir no contexto em que vive. Isso exige diálogo constante e debate efetivo, respeitadas as peculiaridades intelectuais e culturais de docentes e estudantes.

As práticas pedagógicas inovadoras estão baseadas no princípio de que os saberes docentes se fazem e se ampliam num processo dialógico, catalisando experiências que congreguem o conhecimento de forma contextualizada, além das práticas centradas em estratégias comumente utilizadas no campo didático-pedagógico, buscando as de cunho inovador, e que se adéquem às especificidades das modalidades formativas oferecidas pelo Instituto.

Assim, no *Campus Santa Inês* dentre as práticas pedagógicas inovadoras destacam-se: projetos integradores, trabalhos de campo interdisciplinares, projetos de pesquisa e extensão, entre outras.

5.5.2 Avaliação da Aprendizagem

A avaliação da aprendizagem no *Campus Santa Inês* segue as orientações da Organização Didática deste Instituto, tendo como eixo principal de sua proposta curricular a avaliação emancipatória, o que reafirma a opção por práticas democráticas em todas as instâncias das políticas educacionais.

Práticas e decisões democráticas se legitimam na participação e se qualificam na reunião de iguais e diferentes, na organização de coletivos, na intermediação e superação de conflitos e na convivência com o contraditório.

Nessa perspectiva, a avaliação emancipatória insere-se em nosso processo educacional como eixo fundamental do processo de aprendizagem, não somente

porque parte da realidade ou porque sinaliza os avanços do aluno em suas aprendizagens, como também aponta no seu processo os meios para superação das dificuldades, mas, especialmente, porque se traduz na melhor oportunidade de refletir e rever as práticas da escola.

[...] é possível afirmar que o paradigma da avaliação emancipatória mostra-se extremamente adequado na avaliação de programas e políticas quando se tem uma perspectiva crítico-transformadora da realidade e se deseja, como processo avaliativo, uma prática democrática (SAUL, 1998).

Enquanto conceito e metodologia, a avaliação emancipatória se caracteriza como consciência crítica das diferentes situações didáticas para a conseqüente proposição de alternativas para solucionar possíveis entraves ao processo de aprendizagem, constituindo-se, portanto, enquanto instrumento de luta e emancipação no espaço acadêmico.

Nessa perspectiva, é necessário que os responsáveis pelo desenvolvimento do trabalho pedagógico na escola assumam o compromisso de incorporar novas práticas avaliativas, na medida em que se propõem a revisar paradigmas alterando práticas tecnicistas por práticas mediadoras. Que o novo fazer pedagógico se caracterize, também, pelo abandono da prática da avaliação como instrumento autoritário do exercício do poder, como função de controle e explicitação da classificação e da seleção, conceitos estes vinculados à qualidade na produção industrial.

5.6 O Atendimento Administrativo-Pedagógico

O atendimento administrativo-pedagógico do *Campus* é realizado por um conjunto de coordenações, núcleos e setores que compõe a Diretoria Acadêmica do *Campus*, dispostos no organograma. O atendimento ocorre no período que compreende o horário de funcionamento da Instituição, das 7h30min às 22h30min.

5.7 Ações de comunicação com a comunidade interna e externa

A comunicação com a comunidade interna ocorre por diferentes veículos, dentre os quais citamos: página oficial do IF Baiano *Campus* Santa Inês; endereços

eletrônicos, sobretudo o institucional; manuais acadêmicos e de cursos; afixação de cartazes, editais, ofícios, memorandos, portarias, dentre outros documentos em murais e dependências da Instituição; placas e banners de lonas; placas de acrílico; panfletos, folders e boletins, bem como através de reuniões pedagógicas e administrativas.

A comunicação externa ocorre via ofício expedido pelo Gabinete, página oficial do IF Baiano *Campus* Santa Inês, utilização das rádios locais, de outdoors, faixas de lona, plotagens em veículos, distribuição de cartazes, panfletos e/ou folders, bem como pelas ações de extensão e visitas técnicas junto a Comunidade.

O *Campus* dispõe de um Setor de Audiovisual e Comunicação, que auxilia na publicação e/ou atualização da página oficial, e do Núcleo de Relações Institucionais (NRI), que media a realização de parcerias interinstitucionais, constituindo-se um importante setor para viabilização dos estágios curriculares. Para a realização dos estágios dos Cursos Técnicos, o NRI realiza o levantamento das possibilidades dos locais para estágio e providencia a documentação necessária e fornece as informações/orientações aos sujeitos envolvidos. Além disto, o referido núcleo agenda visitas e recepciona visitantes, acompanhando-os aos setores de interesse do grupo. Colabora também, quando solicitado, no agendamento de visitas técnicas em outras instituições e/ou solicitação de apoio logístico e faz o registro das emissões dos certificados.

5.8 Estrutura Física e Material

O IF Baiano *Campus* Santa Inês possui uma estrutura física e material adequada para o funcionamento de seus cursos, a qual vem sendo ampliada e constantemente atualizada, tendo como parâmetro a infraestrutura recomendada pelo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT, 2014) e pelos Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura (MEC – SES, 2010).

Dispõe de Pavilhão Administrativo, Pavilhão Pedagógico, Pavilhões de Salas de Aulas e Laboratórios, Setores de Produção, Biblioteca, Centro de Arte e Cultura, Academia, Centro Médico Odontológico, Alojamentos Estudantis, Refeitório, Centro de Convivência, Quadra Poliesportiva, Almoxarifado, Setor de Transporte, dentre

outros espaços.

O Pavilhão Administrativo agrega espaços da Direção Geral e Diretoria Administrativa, sendo constituído por salas destinadas ao funcionamento dos seguintes setores: Direção Geral, Gabinete, Serviços de Telefonia, Núcleo de Apoio à Gestão de Pessoas, Núcleo de Gestão da Tecnologia da Informação, Coordenação Financeira e Contábil, Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira, Núcleo de Licitação, Núcleo de Compras, Núcleo de Contratos, Setor de Serviços Gerais e Sala de Reuniões.

O Pavilhão Pedagógico agrega espaços integrantes da Diretoria Acadêmica, sendo constituído por salas destinadas ao funcionamento da Diretoria Acadêmica, Coordenação de Ensino, Coordenação dos Cursos Técnicos de Nível Médio, Coordenação dos Cursos Superiores, Coordenação de Assuntos Estudantis, Núcleo de Apoio ao Processo de Ensino Aprendizagem, Permanência e Êxito, Núcleo de Apoio Pedagógico e Psicossocial, Núcleo de Relações Institucionais, Secretaria de Registros Acadêmicos e Sala dos Professores. Nas imediações, funcionam o Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas, Núcleo de Pesquisa, Núcleo de Extensão e a Coordenação de Unidades Educativas de Campo.

Todas as salas do Pavilhão Administrativo e Pedagógico são devidamente climatizadas, dispõem de mobiliários com padrão ergonômico e de equipamentos necessários ao bom funcionamento das atividades realizadas pelos servidores.

5.8.1 Secretaria de Registros Acadêmicos

A Secretaria de Registros Acadêmicos possui metragem total de 64,77m², com espaços destinados a Chefia do Setor, serviços de atendimento à comunidade interna e externa no âmbito dos registros acadêmicos, expedição e arquivamento de documentos e serviços de reprografia e protocolo. O ambiente possui boa iluminação e acústica, ar condicionado, *wi-fi* e é diariamente higienizado. Os servidores lotados no setor possuem ilhas individuais de trabalho, com cadeira acolchoada e computador conectado em rede a impressoras a laser. O Setor apresenta arquivo deslizante para acondicionamento dos documentos acadêmicos.

5.8.2 Salas de Professores

A sala de Professores, com metragem de 52,02m², consiste de um ambiente climatizado, com computadores em número suficiente, todos ligados à internet e conectados em rede à impressora a laser; possui mesa de reuniões e cadeiras acolchoadas, sendo adequada ao planejamento das atividades acadêmicas. Além disso, a sala apresenta um espaço propício ao descanso e integração dos docentes, uma vez que conta com TV LCD 32', receptor de sinal de parabólica, telefone, *wi-fi*, sofás e frigobar.

5.8.3 Salas de Aula

O IF Baiano *Campus* Santa Inês conta atualmente com vinte salas de aula, sendo dezesseis organizadas em três pavilhões (Pavilhão de Aulas I com 07 salas, Pavilhão de Aulas II com 05 salas e Pavilhão da Agroindústria com 04 salas) e as demais dispostas no campo, as quais são convencionalmente denominadas Unidades Educativas de Campo.

A acessibilidade a estes espaços pode ser considerada satisfatória, ainda que a instituição esteja localizada num terreno com uma geografia que apresenta algumas áreas acidentadas.

Todas as salas de aula são bem dimensionadas (com medidas que variam entre 56,76m² e 66,52m²), podendo atender até quarenta estudantes. São climatizadas e contam com boa iluminação e acústica.

Todas as salas de aula possuem mesa e cadeira acolchoada para o docente e carteiras individuais para os discentes, quadro branco para pincel, equipamento de multimídia e computador interativo com sistema de projeção.

A higienização é realizada diariamente por equipe terceirizada de limpeza. O ambiente atende a todas as condições de salubridade especificadas pelas normas técnicas.

5.8.4 Laboratórios e Setores de Produção

Os laboratórios didáticos do IF Baiano *Campus* de Santa Inês, com suas

respectivas normas de funcionamento, utilização e segurança, apresentam mobiliário e número de equipamentos adequados aos espaços físicos e as vagas autorizadas.

O IF Baiano *Campus* Santa Inês dispõe de vários laboratórios que atendem de forma satisfatória as demandas dos cursos ofertados, dentre os quais citamos: Biologia/Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores (LIFE/CAPES), Química/Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores (LIFE/CAPES), Geografia Física/Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores (LIFE/CAPES), Anatomia e Fisiologia Animal, Bromatologia e Nutrição Animal, Laboratório de Processamento de Leite e Derivados, Laboratório de Processamento de Carnes, Laboratório de Processamento de Vegetais, Laboratório de Desenho e Topografia, Parasitologia/Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores (LIFE/CAPES), Laboratório de Informática e Laboratório de Mecanização Agrícola.

Além dos laboratórios didáticos, o *Campus* possui unidades educativas de produção vegetal e animal (Setores de Produção), dentre os quais exemplificamos: Campo Agrostológico, Viveiros, Horticultura, Avicultura de Corte e Postura, Suinocultura, Cunicultura, Cotonicultura, Caprinocultura, Bovinocultura e Apicultura.

Os laboratórios possuem iluminação e acústica adequada, ar condicionado, mobiliário, equipamentos e insumos necessários ao bom funcionamento das atividades.

Os equipamentos e demais materiais didáticos são constantemente avaliados quanto a seu funcionamento e atualização, visando manutenção e/ou aquisição de novos materiais.

A Instituição tem especial preocupação em adquirir materiais de qualidade, modernos que contribuam para o processo de ensino aprendizagem, a exemplo de *ultrabooks*, sistemas de microscopia com projeção em data show ou TV LCD de alta definição, câmara e *software* para captura e edição de imagens microscópicas, modelos anatômicos e reagentes de qualidade.

Além do exposto, dispomos de Equipamentos de Proteção Individual (luvas, mascaras, botas e óculos de segurança) bem como de proteção coletiva (chuveiro de segurança com lava olhos, capela de exaustão, extintores de incêndio, dentre outros).

O IF Baiano *Campus* Santa Inês dispõe de Técnicas em Laboratório, qualificadas, que tem por função executar trabalhos técnicos de laboratório, realizando ou orientando coleta, análise e registros de material e substâncias através

de métodos específicos, além de assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Serviços de visitação aos laboratórios, bem como contribuição em feiras de ciências são fornecidos quando solicitados por outras Instituições públicas e privadas. A Instituição está solícita a comunidade em geral.

5.8.5 Biblioteca

A Biblioteca do *Campus* Santa Inês está organizada em um pavilhão de arquitetura moderna. Dispõe de um auditório com capacidade para cento e vinte lugares, devidamente climatizado e com poltronas acolchoadas. Nesse pavilhão encontram-se também: sala para as Bibliotecárias; sala ampla de estudo coletivo, climatizada e com mobiliário adequado; sala de estudo individual com gabinetes; sala com computadores de livre acesso à comunidade; amplo espaço contendo o acervo e computadores com acesso à internet.

O acervo bibliográfico, cuja aquisição é feita periodicamente, conta atualmente com um total de trinta e oito títulos de periódicos, três mil seiscentos e trinta e dois títulos de livros e folhetos e cento e quinze títulos de CDs e DVDs. No total, são três mil setecentos e oitenta e cinco títulos e onze mil, cento e quarenta exemplares cadastrados no Sistema *Pergamum*, disponíveis para consulta da comunidade interna.

5.9 Planos de atualização do acervo bibliográfico e laboratórios

5.9.1 Acervo Bibliográfico

A atualização do acervo bibliográfico possui estreita relação com os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) ofertados, em especial com as atualizações periódicas de suas referências, as quais são incorporadas automaticamente no plano de aquisição da Biblioteca e são adquiridas conforme verba disponível no planejamento econômico e financeiro.

As indicações de aquisições são de responsabilidade dos docentes, as quais são, na maioria das vezes, vinculadas às atualizações dos PPC, atividades de pesquisa e/ou extensão, e mediadas pelos Coordenadores de Cursos e/ou de projetos, podendo ocorrer situações extraordinárias em que a própria biblioteca indique referências bibliográficas que sejam de interesse institucional ou interno.

Ao se aproximar o período letivo, através de um trabalho conjunto entre a biblioteca e os professores, também são indicados materiais da bibliografia básica e complementar.

Manter o acervo atualizado faz parte do esforço constante da biblioteca na sua existência, considerando a necessidade de possuir um acervo em plena sintonia com a atualidade.

Todas as aquisições para o acervo, via compra, doação ou troca, deverão ser lançadas no Sistema *Pergamum*, no qual constarão as informações relativas ao seu tipo de aquisição (compra, doação, permuta), número da nota fiscal emitida e data de recebimento.

Partindo do princípio de que a biblioteca é um setor em constante crescimento, faz-se também necessária a avaliação e adequação periódica do espaço físico, bem como dos recursos de infraestrutura – equipamentos de apoio, suporte físico, recursos tecnológicos – para que a biblioteca possa cumprir a sua missão institucional com êxito.

5.9.1.1 Bibliografia Básica

Material bibliográfico básico e indispensável para o desenvolvimento da disciplina e considerado de leitura obrigatória, previsto no plano de curso de cada disciplina. Cabe ao corpo docente a seleção da bibliografia básica. Serão adquiridos preferencialmente três títulos para cada disciplina, sendo que o número de exemplares será calculado na base de 1 (um) exemplar para cada 6 seis alunos, (atende plenamente), além do exemplar de consulta que permanecerá na biblioteca para uso interno. O número de alunos deverá ser discriminado no formulário de solicitação de material bibliográfico. A aquisição de mais exemplares estará condicionada à avaliação realizada pela equipe da biblioteca.

5.9.1.2 Bibliografia Complementar

Livros nacionais ou importados necessários à complementação da bibliografia básica do curso sejam em nível de pesquisa e/ou conteúdo programático das disciplinas ministradas na Instituição. Serão adquiridos 3 (três) exemplares de cada título indicado, exceto nos casos em que haja demanda e o solicitante justifique a necessidade de um número maior de exemplares. Na falta de verba esta quantidade poderá ser reduzida.

5.9.1.3 Aquisição das bibliografias indicadas

De posse das indicações dos professores e discentes, a biblioteca elabora uma planilha padronizada com as bibliografias indicadas para cotação de preço pelos fornecedores. A Instituição estabelece como critério a cotação de, no mínimo, três fornecedores. A partir das informações levantadas e viabilidade de recursos, o setor de compra opta pelo fornecedor que ofereça o menor preço. O prazo para o processo de compra varia.

No decorrer do ano, além das bibliografias indicadas, outras sugestões poderão ser realizadas pelos professores e comunidade acadêmica. A aquisição é providenciada conforme disponibilidade orçamentária. As sugestões adicionais são reunidas e organizadas, formando uma planilha de demanda pretendida, que constituirão a base do processo de aquisição. A organização das sugestões contribui para que seja adquirido o material necessário, otimizando a utilização dos recursos financeiros.

5.9.1.4 Acompanhamento, Supervisão e Avaliação

A biblioteca é responsável por acompanhar todo o processo de aquisição, desde a cotação até o recebimento e conferência das publicações. Além de monitorar o processo de aquisição a biblioteca também deve manter os solicitantes informados sobre o *status* da aquisição (em andamento, recebida, esgotada, etc.).

5.9.2 Laboratórios

O IF Baiano *Campus* Santa Inês possui laboratórios com estrutura física e materiais adequados para o funcionamento de seus cursos, os quais vêm sendo ampliados e atualizados, a partir de novas edificações, reformas e aquisições constantes de materiais.

As construções e/ou reformas de espaços realizados, em andamento e/ou previstas, visam atender plenamente a infraestrutura recomendada pelo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT, 2014) e pelos Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura (MEC – SES, 2010).

As construções e/ou reformas são realizadas a partir de projetos arquitetônicos elaborados por equipe especializada, contratadas mediante processo licitatório e construídas por Empresas, também contratadas após licitação das obras.

No presente momento estão em construção mais 12 (doze) laboratórios didáticos para atender os Cursos Superiores (Licenciatura em Ciências Biológicas, Licenciatura em Geografia e Bacharelado em Zootecnia), com previsão de funcionamento no segundo semestre de 2016, a saber: Laboratório de Física e Química, Laboratório de Microbiologia, Laboratório de Botânica, Laboratório de Zoologia, Laboratório de Microscopia (Citologia, Histologia e Embriologia), Laboratório de Genética e Melhoramentos, Laboratório de Climatologia e Recursos Hídricos, Laboratório de Geomorfologia, Laboratório de Cartografia e Geoprocessamento, Laboratório de Geografia Humana e Prática de Ensino em Geografia, Laboratório de Prática de Ensino em Biologia e Laboratório de Informática.

Os mobiliários, equipamentos e demais materiais didáticos utilizados nos laboratórios são constantemente avaliados quanto ao número, funcionamento e atualização, visando à manutenção e/ou aquisição de novos materiais.

As indicações de aquisição de materiais são realizadas pelas Coordenações dos Cursos, Coordenações dos Laboratórios, Técnicas dos Laboratórios e pelos docentes dos Cursos, que dialogam constantemente.

As Coordenações dos Cursos e dos Laboratórios, juntamente com as Técnicas dos Laboratórios, viabilizam a estrutura básica dos laboratórios e sua manutenção, bem como mediam as solicitações do corpo docente dos Cursos.

Os docentes geralmente fazem as solicitações para as Coordenações dos Cursos, que são apreciadas e adquiridas conforme recurso orçamentário disponível. Aquisições de materiais permanentes de alto custo e/ou de interesse de várias áreas são apreciadas e referendadas pelo Colegiado.

Como mencionado anteriormente, a Instituição tem especial preocupação em adquirir materiais de qualidade e modernos que contribuam para o processo de ensino/aprendizagem, a exemplo de *ultrabooks*, sistemas de microscopia com projeção em data show ou TV LCD de alta definição, câmara e *software* para captura e edição de imagens microscópicas, modelos anatômicos e reagentes de qualidade.

Além do exposto, são viabilizadas aquisições periódicas e/ou manutenção de Equipamentos de Proteção Individual - EPI (luvas, máscaras, botas e óculos de segurança) e proteção coletiva (chuveiro de segurança com lava olhos, capela de exaustão, extintores de incêndio, dentre outros).

6 PRINCÍPIOS ORIENTADORES DO CURRÍCULO

6.1 A Transdisciplinaridade

Estamos vivenciando uma nova ordem em termos de educação escolar, em que as demandas da contemporaneidade desafiam todos a se enquadrarem na emergência de uma sociedade em crise, visível com mais precisão na esfera educacional.

Uma constatação relevante diz respeito a um processo educativo que deve, necessariamente, trazer novas e valorosas formas de educar. Não é mais admissível uma educação na qual o professor é o centro do processo. Nem ele nem os alunos podem assumir tal postura. A emergência de uma educação dialógica irá conduzir essa relação, favorecendo esse novo paradigma do ato de educar. .

Como paradigma emergente propõe-se transcender o universo fechado da ciência e trazer à tona a multiplicidade dos modos de conhecimento, assim como o reconhecimento da multiplicidade de indivíduos produtores de todos estes novos e velhos modos de conhecimento. Surge, aí então, a necessidade de reafirmar o valor de cada sujeito como portador de produtores legítimo de conhecimento.

Nessa perspectiva, pretende-se adotar uma abordagem transdisciplinar na perspectiva de procurar transformar a organização do currículo em redes a serem exploradas de forma a transcender as disciplinas, respeitando o exercício da disciplinaridade, a prática da multidisciplinaridade, da interdisciplinaridade e do holismo (NICOLESCU, 2000).

Assim, a transdisciplinaridade significa transgredir a lógica da não-contradição, articulando os contrários: sujeito e objeto, subjetividade e objetividade, matéria e consciência, simplicidade e complexidade, unidade e diversidade (idem). Ao articular esses pares binários, por meio da lógica do terceiro termo incluído, a compreensão da realidade ascende a outro nível, tomando um significado mais abrangente e sempre em aberto para novos processos. (SANTOS, 2008, p. 75).

No IF Baiano *Campus* Santa Inês, essa proposta apresenta-se como um princípio teórico inovador, do qual decorrerá várias consequências práticas, tanto nas metodologias de ensino quanto na proposta curricular e pedagógica, que permitirão, por meio de condições objetivas e subjetivas, a formação integral do

indivíduo.

6.2 A Interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade é uma forma de pensar. Piaget sustentava que a interdisciplinaridade seria uma forma de se chegar à transdisciplinaridade, etapa que não ficaria na interação e reciprocidade entre as ciências, mas alcançaria um estágio onde não haveria mais fronteiras entre as disciplinas.

Atualmente, a interdisciplinaridade continua seu caminho pela (re)construção do conhecimento unitário e totalizante do mundo frente à fragmentação do saber. Na escola, essa noção é materializada em práticas e reflexões como a integração de conteúdos e a interação entre ensino e pesquisa.

Do ponto de vista da diretriz de política governamental, o Ministério da Educação por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1999) procura orientar quanto a atitudes e ações interdisciplinares. De acordo com Kaveski (2005, p.128):

a interdisciplinaridade é entendida no PCN do ensino médio como função instrumental, 'a de utilizar os conhecimentos de várias disciplinas para resolver um problema concreto ou compreender um determinado fenômeno sob diferentes pontos de vista' a partir 'de uma abordagem relacional' [...].

A interdisciplinaridade pode se materializar nas metodologias de ensino, no currículo e na prática docente.

No contexto do *Campus Santa Inês*, ela tem se traduzido em tentativas, por vezes bem sucedidas, de projetos e concepções diversos. O indicado é que todos os Projetos de Cursos – PPCs contemplem o planejamento e execução de Projetos Integradores, os quais tomarão forma de componente curricular apresentando conteúdo e metodologia construídos interdisciplinarmente.

Assim, pensar a interdisciplinaridade no currículo voltado à formação profissional significa ter como premissa que as práticas curriculares são marcadas tanto pela historicidade da construção do próprio conhecimento quanto pelo pensamento hegemônico no mundo do trabalho, em que as exigências de uma formação humanista e crítica entram em constante choque com as exigências pragmáticas e objetivas do conhecimento.

Nessa expectativa, a proposta didático-pedagógica de todos os cursos

ofertados pelo IF Baiano *Campus* Santa Inês deverá estar baseada num projeto de educação que se configure por práticas que privilegiem o diálogo interdisciplinar, no qual se espera que, por meio da interlocução entre teoria e prática, entre áreas de conhecimento e saberes, desenvolva-se o pensamento reflexivo, crítico e criativo dos estudantes.

6.3 A Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão

A educação atual é desafiada pelos avanços tecnológicos e pelos anseios da sociedade, principalmente os relacionados à demanda de novas tecnologias, melhorando as formas pelas quais o conhecimento pode ser produzido, administrado, disseminado, acessado, otimizado e avaliado. Portanto, este saber estratégico para a contemporaneidade abre oportunidades ao IF Baiano para a expansão e consolidação da educação, ao mesmo tempo em que permite o questionamento do papel da Instituição, seu desempenho e compromissos sociais. Tais inquietações decorrem de vários fatores externos à Instituição, pautados numa sociedade que vivencia as novas tecnologias de comunicação e a descentralização do saber.

Assim, o IF Baiano propõe-se a instalar um modelo organizacional que contemple e fortaleça o relacionamento com a sociedade, ofertando e democratizando o ensino, a pesquisa e a extensão, contribuindo para o avanço científico e tecnológico do país e para a formação de profissionais, a fim de promover o desenvolvimento local e regional. Neste contexto, dá-se o exercício do *Campus* Santa Inês.

Mesmo considerando indissociáveis as ações concernentes ao ensino, à pesquisa e à extensão, faz-se imprescindível tratar, especificamente, cada eixo de atuação, objetivando demonstrar separadamente sobre quais pilares estarão estruturados o desenvolvimento das suas atividades.

6.3.1 Concepção de Ensino

A política de ensino do IF Baiano fundamenta-se na busca da excelência

acadêmica, na melhoria das condições do processo de ensino e aprendizagem, na pluralidade, na gratuidade do ensino e na gestão democrática. Esse processo se estenderá do rigor científico à liberdade de pensamento e de expressão e à condição geradora de cultura a todos os segmentos sociais.

O *Campus Santa Inês* tem como diretrizes para o Ensino:

- a) Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão:* romper com a dualidade entre teoria e prática, dimensões indissociáveis para a educação integral. O princípio educativo não admite a separação entre as funções intelectuais e as técnicas e respalda uma concepção de formação profissional que unifique ciência, tecnologia, sociedade e trabalho, bem como atividades intelectuais e instrumentais, para construir, por sua vez, uma base sólida para a aquisição contínua e eficiente de conhecimentos.
- b) Integração entre os saberes na dimensão multidisciplinar:* firmar uma atitude de aproximação de conteúdos/disciplinas, atingindo-se o nível de integração de métodos, teorias e conhecimentos; e *interdisciplinar:* propiciar a realização de atividades acadêmicas de caráter interdisciplinar, contribuindo para conceber, conjuntamente, o conhecimento.
- c) Impacto social:* desenvolver uma atuação pedagógica voltada para a formação humana, buscando a superação das desigualdades e respeitando as diferenças, contribuindo com a implementação de políticas públicas e o desenvolvimento local e regional.
- d) Relação dialógica com a sociedade:* articular os saberes acadêmico e popular, possibilitando a produção de conhecimento e o desenvolvimento de parcerias interinstitucionais.
- e) Verticalização do ensino:* permitir a construção de itinerários de formação entre os diferentes cursos da educação profissional e tecnológica: qualificação profissional, técnico, graduação e pós-graduação.
- f) Inclusão social:* implementar processos educacionais de forma a contemplar a necessidade de abrangência social, como forma de inclusão de todas as demandas de formação.
- g) Desenvolvimento de competências profissionais:* formar indivíduos completos,

imbuídos de valores éticos e políticos, que, com competência técnica, atuem, positivamente, no contexto social e ambiental; adaptando-se às mudanças e inovações, inclusive através da participação em estágio curricular nos diversos níveis formativos.

h) Flexibilização curricular: compreende uma relação de aprendizagem, articulada à pesquisa, à investigação implantando itinerários curriculares flexíveis, capazes de permitir a mobilidade acadêmica, que aproveite todas as possibilidades e todos os espaços de aprendizado possíveis entre cursos/instituições federais na perspectiva de materializar o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Deve ocorrer em conformidade com as diretrizes e orientações constantes deste documento e em estreita observação às características e especificidades de cada IES.

i) Mobilidade: permitir a troca de experiências acadêmicas e de integração aos diversos contextos e cenários, proporcionando uma visão mais abrangente de diferentes realidades, através de um intercâmbio pedagógico, científico, técnico, tecnológico, cultural e esportivo entre docentes, pesquisadores e discentes das instituições.

Para garantir tais princípios, o *Campus* tem investido em ações de formatos multi e interdisciplinares, como: Sarau literário, Salas temáticas, Gincana Junina, Novembro negro, Festival de Teatro, Mostra de Cenas, Sábado Verde e Operação Beija-Flor. Apóia também a constituição e desenvolvimento de Grupos de Estudos que buscam proporcionar a construção de saberes de forma articulada aos contextos pedagógicos, políticos e sociais para uma aplicabilidade técnica. Temos, então, o Grupo de Estudos Negros (GENE), o Grupo de Estudos em Equinos (NEQUI), o Grupo de Estudos em Manejo e Conservação de Solo e Água (GEMS), o Grupo de Estudos em Suínos (NESUI), o Grupo de Estudos Reflorestar, o Grupo de Estudos Galileu Galilei, o Grupo de Estudos em Abelhas (NEA) e o Grupo de Estudos em Ciências Humanas (GEHU).

6.3.2 Concepção de Pesquisa e Inovação

A pesquisa propicia a aquisição de competências, o domínio de métodos

analíticos, de múltiplos códigos de linguagens, possibilitando uma qualificação intelectual de natureza suficientemente ampla para constituir, por sua vez, base sólida para a construção contínua e eficiente de conhecimentos. Além disto, busca formar um cidadão transformador, pautado nos princípios investigativos, questionador e crítico, podendo intervir na sociedade de forma mais contundente. Assim, a pesquisa do IF Baiano é concebida, como princípio pedagógico, e objetiva a indissociabilidade da mesma com o ensino e a extensão.

O Instituto Federal Baiano *Campus* Santa Inês tem como diretrizes para a Pesquisa:

- a) *Indissociabilidade entre pesquisa, ensino, e extensão*: estabelecer a pesquisa como prática pedagógica, integrada à extensão, atendendo às novas demandas da sociedade contemporânea, que exigem uma formação articulada, com a máxima organicidade, competência científica e técnica, inserção política e postura ética.
- b) *Inter/transdisciplinaridade*: priorizar um modelo que integre diversas áreas do conhecimento e diversos níveis de ensino.
- c) *Desenvolvimento local e regional*: fortalecer a produção e socialização do conhecimento científico, tecnológico e da responsabilidade ambiental, contribuindo para o desenvolvimento local e regional, ao vincular as soluções para problemas reais com o conhecimento acadêmico.
- d) *Iniciação Científica*: possibilitar o desenvolvimento do espírito crítico e a criatividade, estimular a curiosidade investigativa, incentivar a participação e promoção de eventos científicos, tais como: simpósios, encontros e congressos, que permitam maior troca de informações entre aluno, professor e sociedade.
- e) *Movimento em rede*: criar e manter bancos de dados com o perfil dos pesquisadores do *Campus*, o histórico do seu trabalho, bem como a infra-estrutura disponível nesta Instituição (laboratórios, criações e demais recursos) para a promoção, fomento e divulgação das pesquisas realizadas ou em andamento por docentes e discentes dos Institutos Federais.
- f) *Responsabilidade socioambiental*: realizar projetos de pesquisa que permitam a preservação ambiental e o desenvolvimento social como imprescindíveis à consolidação de novas tecnologias, priorizando uma abordagem transdisciplinar dos temas propostos.

g) *Apoio de fomento à pesquisa*: estabelecer parcerias institucionais, com organizações públicas e privadas, visando ao fomento à pesquisa, com efetiva contribuição para o desenvolvimento científico e tecnológico.

h) *Inovação Tecnológica*: desenvolver pesquisa que promova a introdução de novidades tecnológicas ou aperfeiçoamento do ambiente produtivo, social e educacional, que resulte em novos produtos, processos ou serviços, comprometida com o arranjo produtivo, social e cultural local.

i) *Formação permanente*: destinar espaços para reflexões, debates e trocas de experiências pelos acadêmicos sobre práticas pedagógicas, desafios das políticas públicas educacionais, articulando com a sua prática profissional e vivência na sociedade.

j) *Participação em eventos de natureza científica*: estimular a participação de docentes, técnico-administrativos e discentes com apresentação de trabalhos resultantes de projetos de ensino, pesquisa e extensão, em eventos científicos realizados no país e no exterior.

k) *Promoção de eventos técnico-científicos*: organizar eventos relacionados à ciência, tecnologia e inovação, destinados ao intercâmbio do conhecimento e de experiências entre pesquisadores e a divulgação dos resultados de seus trabalhos, cuja realização ocorra no âmbito estadual. Categoria I: Eventos de intercâmbio técnico-científico (congressos, simpósios, colóquios). Categoria II: Eventos de atualização do conhecimento técnico-científico (workshops, seminários, encontros de estudos, encontros de iniciação científica).

l) *Relevância social*: considerar a contribuição deste Projeto Político Pedagógico na resolução dos problemas sociais e sua inserção a serviço da construção de outro projeto de nação. Com isto, desenvolver e incentivar atividades de pesquisas e extensão que contribuam em prol da comunidade visando satisfazer necessidades e resolver problemas reais.

m) *Valorização local*: ser um veículo democrático, aberto à participação local e que estude/fale e valorize a realidade e potencialidade da região. Com isto, idealizar projetos no sentido de fortalecer atividades sem perspectivas na região; bem como a pouca produtividade e a exploração inadequada dos recursos existentes no município. Elaborar inventários; criar e fortalecer fóruns municipais e os vínculos dos

jovens com a sua comunidade e estimular o exercício da cidadania e a participação política.

n) *Estímulo à reflexão sobre novos conhecimentos*: incentivar projetos editoriais que estimulem a produção e a circulação de pesquisas sobre os ramos específicos de cada curso. Ampliar os programas voltados à realização de seminários, à publicação de livros e revistas e uso da mídia, como a internet e outros canais de comunicação para a produção e a difusão dos conhecimentos específicos de cada ramo do saber.

O *Campus* Santa Inês estimula a participação de estudantes e professores em programas institucionais de pesquisa, tecnologia e inovação, tais como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI), Programa Institucional de Estímulo à Pesquisa e o Programa Institucional de Estímulo à Pós-Graduação. Além disso, estimula a participação em eventos internos, tais como a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, Semana de Atualização Técnico e Profissional, Semana de Biologia, Semana de Geografia e Semana de Zootecnia. Garante também a concessão de auxílio ao discente para participação em eventos acadêmicos, científicos, tecnológicos e culturais externos à instituição. (Regulamento N^o03 de 20 de julho de 2016), conforme Portaria da Direção Geral N^o14 de 20 de julho de 2016.

Uma série de projetos de pesquisa finalizaram-se ou se encontram em desenvolvimento no *Campus* Santa Inês, tais como: o “Programa Crioulo: Conservação de recursos genéticos de animais e vegetais autóctones”; “Núcleo de Conservação Genética de Suínos da Raça Naturalizada Brasileira Piau: Projeto Piau”; “Plano de desenvolvimento da cadeia produtiva de caprinos e ovinos na região semiárida das Bacias do Rio de Contas e Jiquiriçá – Bahia”; “Estudo de atividades biológicas encontradas em algumas plantas medicinais da região do Vale do Jiquiriçá”; “Produção de logurte com Adição de Cogumelo”; “Avaliação do uso de agrotóxicos na produção agrícola de Jaguaquara e a determinação de resíduos de ditiocarbamatos em hortaliças produzidas na região do Vale do Jiquiriçá – BA”; “Diversidade Genética de fungos endofíticos da Caatinga”; “Avaliação da interação entre alunos do IF Baiano, *Campus* Santa Inês e IFBA, *Campus* Vitória da Conquista na Disciplina Estatística por meio da utilização da internet”; “Ocorrência do Vírus da Anemia Infecciosa Equina em Santa Inês – Bahia”; “Estratégias para a reutilização

de resíduos gerados por refeitórios de Instituto Federal de Educação como material adsorvente para tratamento de efluente de laboratório”; “Análise da viabilidade econômica da fábrica de ração do IF Baiano *Campus* Santa Inês”; “Análise de eficiência energética da reutilização de embalagens longa vida para isolamento térmico de abrigos escamoteadores para leitões”; “Identificação de fatores que causam baixo desempenho na disciplina matemática nas turmas do 1 ano no Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia Baiano- *Campus* Santa Inês”; “Análise da estabilidade e atividade antimicrobiana de pigmentos naturais fúngicos para a utilização na indústria”; “Influência de Mãe Maria na permanência de jovens negros na comunidade das Duas Barras Do Fojo – Mutuípe-BA”; “*Zika virus* no município de Santa Inês-BA entre setembro de 2015 e maio de 2016”.

Desses, alguns tiveram/têm financiamento de órgãos de fomento (FAPESB, CAPES, CNPQ) ou da PROPES IF Baiano ou do próprio *Campus*.

6.3.3 Concepção de Extensão

Quando a extensão não é apenas percebida e idealizada pela etimologia da palavra “saída” – transferência de informações específicas para a sociedade – torna-se unitária e indissolúvel ao ensino e à pesquisa. As novas demandas da sociedade contemporânea exigem uma formação que articule extensão, com a máxima organicidade e competência científica e técnica, observando também a inserção política, a postura ética e cultural.

O IF Baiano compreende que a extensão vislumbra a necessidade de ação relacional e de diálogo com a sociedade, enfatizando demandas sociais, compactuando com um modelo incluyente, para o qual o desenvolvimento deve ser igualitário, centrado no princípio da cidadania como patrimônio universal, de modo que todos os cidadãos possam compartilhar do desenvolvimento científico e tecnológico, para o cumprimento de seu papel social.

A extensão deverá se orientar não só pelos desafios tecnológicos mas também pela questão ética que diz respeito à amplitude da existência humana. Assim, parece fundamental que a essas atividades e ações se busque o equilíbrio entre vocação técnico-científica e vocação humanística. Nesta intersecção, reside o amplo papel de instituição promotora de cultura.

Desse modo, a indissociabilidade entre os três eixos (ensino, pesquisa e extensão) acontecerá quando as atividades de extensão forem entendidas e praticadas como princípio educativo.

O Instituto Federal *Campus* Santa Inês tem como diretrizes para a Extensão:

- a. Indissociabilidade entre extensão, pesquisa e ensino:* estabelecer a extensão como prática pedagógica, integrada à pesquisa e ao ensino, atendendo às novas demandas da sociedade contemporânea, que exigem uma formação articulada, com a máxima organicidade, competências científicas e técnicas, inserção política e postura ética.
- b. Inter/transdisciplinaridade:* priorizar um modelo que integre diversas áreas do conhecimento e diversos níveis de ensino, incentivando a criação e manutenção de grupos de estudo específicos.
- c. Promoção da cidadania e responsabilidade socioambiental:* desenvolver ações e projetos de extensão, atuando nas dimensões social, cultural, política, ambiental e econômica, que priorizem o combate à exclusão social, propiciando a conquista da cidadania e a percepção do meio ambiente, como patrimônio natural e cultural da humanidade.
- d. Desenvolvimento local e regional:* fomentar ações que objetivam a inclusão da população na cadeia produtiva, gerando emprego-renda e produção de conhecimento, atuando de forma decisiva para transformação da sociedade, respeitando as peculiaridades e potencialidades de cada região.
- e. Responsabilidade socioambiental:* garantir que as ações e projetos de extensão possibilitem a preservação ambiental e o desenvolvimento social, priorizando uma abordagem transdisciplinar das atividades.
- f. Difusão de conhecimentos:* promover atividades e eventos para a troca de conhecimentos científicos, técnicos, experienciais e outros, trazendo contribuições fundamentais para o aprimoramento da comunidade interna e externa.
- g. Capacitação técnica, operativa e instrumental:* capacitar pessoas, propiciando maiores oportunidades de inserção ao mundo do trabalho (formal ou informal).
- h. Assessoria Técnica e Extensão Rural:* articular atividades de extensão voltadas para a assessoria técnica e extensão rural, priorizando o pequeno produtor,

resultando em contribuição para a produção e desenvolvimento rural na região.

O *Campus* Santa Inês estimula a participação de estudantes e professores em programas institucionais de extensão, através do Programa de Bolsas de Iniciação em Extensão e Pro-extensão, a exemplo dos projetos “Horta Escolar: Uma estratégia de ensino e aprendizagem na educação básica”, “Produção de Caprinos e Ovinos no município de Santa Inês”, coordenados por um técnico e um professor do *Campus*, respectivamente.

Os projetos e ações de extensão desenvolvidas no *Campus* Santa Inês também favorecem a integração com a comunidade, a exemplo dos projetos “Arte e Inclusão digital na roça”, “Mulheres do Licuri ou Licuri como elemento de integração social e econômica de mulheres do Assentamento Itatiaia, no município de Santa Inês”, “Vale Baiano Empresa Júnior: Assessorando a Comunidade”, “Pólvora e poesia: formação, produção e difusão teatral” e “Valer o feminismo no Vale do Jiquiriçá”.

Os projetos e ações de extensão desenvolvidos no *Campus* Santa Inês objetivam oportunizar uma maior democratização do saber, fortalecendo a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, incentivando atividades extensionistas na busca de valorizar a realidade local e regional, com a produção de conhecimento contextualizado e promoção da interação entre o conhecimento acadêmico e o popular.

Atualmente existem dois grupos consolidados que trabalham com projetos e ações de extensão no *Campus*, que foram formados em 2011 e 2012 e, desde então, estão cadastrados no CNPq e certificados pela instituição, são eles: “Ciência, Sociedade e Natureza”, coordenado pelo Prof. Dr. Fábio Carvalho Nunes, e “Sanidade Animal”, coordenado pelo Prof. Dr. Fred da Silva Julião. O primeiro grupo busca detectar pontos de tensão decorrentes das atividades humanas e o meio ambiente, procurando orientar as comunidades do Território de Identidade do Vale do Jiquiriçá sobre alternativas para uma melhor gestão do espaço, enquanto que o segundo grupo estuda doenças infecciosas e parasitárias em animais e sua influência nos seres humanos, orientando as comunidades para haja uma proteção individual e coletiva.

6.4 A Aprendizagem Significativa

A evolução da humanidade depende diretamente da evolução de como vemos e compreendemos o mundo e essa visão é essencialmente determinada pela maneira pela qual aprendemos a aprender esse mundo. A aceleração das mudanças e das inovações trouxe um problema de natureza essencialmente educacional: o modelo de aprendizagem comportamental não é mais suficiente para aprender o mundo, da forma como ele vem se apresentando de 30 anos para cá. A razão é simples: o conceito de aprendizagem teve que se tornar mais dinâmico e aprender passou a ser exigência instrumental, deixando de ser capacidade determinante, absoluta e estanque.

A sobrevivência no mundo atual e no mundo que se anuncia dependerá da habilidade de saber aprender e “desaprender” com certa desenvoltura. O grande dilema que essa necessidade causa é que nossas atitudes ainda são bastante arraigadas nas crenças de caráter comportamental que construímos em nossa jornada escolar, o que torna essa mudança de paradigma o maior desafio dos professores.

Nesse contexto, o modelo de aprendizagem que embasa as necessidades de nosso tempo não é mais o modelo tradicional que acredita que o aluno deve receber informações prontas e ter, como única tarefa, que repeti-las na íntegra. A promoção da aprendizagem significativa se fundamenta em modelo dinâmico no qual o aluno é levado em conta com todos os seus saberes e interconexões mentais. A verdadeira aprendizagem se dá quando o aluno (re)constrói o conhecimento e forma conceitos sólidos sobre o mundo, o que vai possibilitá-lo agir e reagir diante da realidade. cremos, com convicção e com o respaldo do mundo que nos cerca, que não há mais espaço para a repetição automática, para a falta de contextualização e para a aprendizagem que não seja significativa.

Acreditamos que a concretização dessa aprendizagem se dá através do que entendemos ser os sete passos da (re)construção do conhecimento:

1. O sentir – toda aprendizagem parte de um significado contextual e emocional.
2. O perceber – após contextualizar, o educando precisa ser levado a perceber as características específicas do que está sendo estudado.

3. O compreender – é quando se dá a construção do conceito, o que garante a possibilidade de utilização do conhecimento em diversos contextos.
4. O definir – significa esclarecer um conceito. O aluno deve definir, com suas palavras, de forma que o conceito lhe seja claro.
5. O argumentar – após definir, o aluno precisa relacionar logicamente vários conceitos e isso ocorre através do texto falado, escrito, verbal e não verbal.
6. O discutir – nesse passo, o estudante deve formular uma cadeia de raciocínio através da argumentação.
7. O transformar – o sétimo e último passo da (re)construção do conhecimento é a transformação. O fim último da aprendizagem significativa é a intervenção na realidade. Sem esse propósito, qualquer aprendizagem é inócua.

Por fim, toda aprendizagem só é, de fato, significativa caso se insira de forma ativa na realidade. Intervir no real é o fim último da aprendizagem. A condução dessa fase passa pela atitude do professor no sentido de levar o aluno a simular sua ação num contexto real. Apresentar projetos, desenvolver novas ideias, resolver problemas, aplicar o conceito em sua vida prática são exemplos de atividades que se adequam a fase do “transformar”.

6.5 Currículo Integrado: desafios e possibilidades

Ao longo do século XX, muitos termos apareceram, desapareceram e reapareceram com certa frequência com o objetivo de chamar a atenção para a necessidade de superar a fragmentação dos conhecimentos e para a falta de diálogo entre o currículo e a realidade cotidiana.

Visando superar o modelo educacional vigente, surgiu, no início do século XX, uma das principais formulações educacionais que, mais tarde, fundamentariam o conceito de currículo integrado. Seu autor foi o pensador e líder comunista italiano Antonio Gramsci, que durante sua prisão escreveu a obra *Cadernos do Cárcere*, na qual faz uma dura crítica ao modelo educacional italiano, propõe o conceito de “Escola Unitária” e aprofunda o conceito de Politécnica. Para Gramsci (1991), a “Escola Unitária” deveria formar os trabalhadores de maneira integral, instrumentalizando-os para o exercício da profissão e o domínio das técnicas,

dando-lhes acesso ao conhecimento geral produzido pela humanidade e preparando-os para serem os novos dirigentes da sociedade.

Outro autor que teve grande influência nas definições do conceito de currículo integrado foi o filósofo húngaro György Lukács e seus escritos sobre a ontologia do ser social. Para Lukács, os seres humanos transformam-se e constroem novos conhecimentos à medida que transformam a natureza por meio do trabalho. De acordo com esse autor, o ser social se desenvolve a partir do ser natural em sua práxis social.

Em sua dimensão ontológica, portanto, Lukács apresenta o trabalho a partir de uma dimensão criadora e transformadora, diferente da dimensão histórica, que gera exploração e alienação. Tanto Lukács quanto Gramsci foram fortemente influenciados pelas obras de Karl Marx e Friedrich Engels e pelo projeto de construção de uma sociedade socialista.

A construção do currículo integrado é, necessariamente, um ato coletivo, que requer o planejamento conjunto das ações, com metodologia e objetivos claros. Para ser construído, o currículo integrado exige que a escola seja, de fato, um espaço democrático e participativo. Se não for assim, grande parte dos esforços empreendidos podem não resultar na efetivação do currículo integrado no cotidiano da sala de aula.

Entre os entraves para efetivação do currículo integrado está a manutenção e o reforço de práticas escolares conservadoras e desintegradoras, as quais são contrárias ao que se busca com o currículo integrado.

A materialização do currículo integrado exige planejamento constante. Segundo Vasconcellos (*apud* Adriano Larentes da Silva, 2014, p. 25), “o planejamento educacional é da maior importância e implica enorme complexidade, justamente por estar em pauta a formação do ser humano.” O planejamento coletivo, consciente, crítico e intencional possibilita que as dúvidas, tensões e dificuldades sejam superadas e que as equipes construam relações de totalidade e se fortaleçam para avançar na efetivação do currículo integrado. É por meio do planejamento que as estratégias são traçadas e que as etapas vividas são avaliadas. Só com planejamento é possível compreender a totalidade do processo escolar e materializar o currículo integrado.

O currículo integrado é uma construção recente para muitos educadores e instituições. Isso requer que haja clareza do que está sendo feito, dos objetivos a

serem alcançados e do papel de cada integrante, o que só pode ser alcançado com estudo, planejamento coletivo, abertura às inovações necessárias e aceitação dos tempos e das diferenças no espaço escolar. Os problemas que surgem no cotidiano da escola terão de ser resolvidos a partir de cada realidade e das opções que deverão ser feitas pelos envolvidos nesse processo.

Um dos grandes desafios propostos pelo currículo integrado é a interdisciplinaridade. No caso do currículo integrado, pensar em práticas interdisciplinares implica reconstituir totalidades entre as áreas da formação básica e as áreas da formação técnica. Trata-se de um trabalho árduo que rompe com a fragmentação e o isolamento da ciência, da técnica, dos conteúdos escolares e entre educadores e educandos. Apesar dos diversos trabalhos publicados, dos debates sobre o tema e das inúmeras formações realizadas nas escolas, a adoção de práticas interdisciplinares é ainda bastante difícil para muitos educadores e educadoras. A maior dificuldade talvez esteja não na compreensão dos seus significados, mas em como torná-la permanente no cotidiano escolar.

A interdisciplinaridade aparece, aqui, como necessidade e, portanto, como princípio organizador do currículo e como método de ensino-aprendizagem, pois os conceitos de diversas disciplinas seriam relacionados à luz das questões concretas que se pretende compreender. Isso, por sua vez, não compromete a identidade epistemológica das diversas disciplinas, posto que o respectivo aprofundamento científico será requerido sempre que a compreensão de um conceito exigir a relação com conceitos de um mesmo campo disciplinar. A interdisciplinaridade, como método, é a reconstituição da totalidade pela relação entre os conceitos originados a partir de distintos recortes da realidade; isto é, dos diversos campos da ciência representados em disciplinas.

O trabalho com conceitos, temas e eixos integradores possibilita aos participantes observar as relações entre a parte e o todo. Isso porque um conceito, tema ou eixo integrador quase sempre não se conforma à lógica disciplinar e cartesiana de grande parte dos currículos atuais. No Brasil, o trabalho com temas, conceitos e eixos integradores é realidade em muitas escolas, inclusive naquelas que ofertam o currículo integrado. O trabalho com temas, por exemplo, aparece como uma das proposições dos Parâmetros Curriculares Nacionais por meio dos temas transversais. No trabalho com conceitos é bastante presente a perspectiva de mapas conceituais. Já o trabalho com eixos ganhou grande impulso nos últimos

anos, com destaque para a educação profissional, onde está presente a perspectiva dos eixos tecnológicos. Apesar desses diferentes usos, nem sempre isto tem sido feito de forma coletiva e sistemática, para viabilizar projetos interdisciplinares e integrados, o que faz com que permaneçam os desafios ligados a sua utilização enquanto ferramenta estratégica para o trabalho em sala de aula.

Há, portanto, uma relação direta entre os temas geradores e o currículo integrado, uma vez que ambos têm como finalidade a compreensão da totalidade dos processos, que não tem um caráter meramente pedagógico, metodológico, mas uma dimensão política visando a transformação social. Essa perspectiva, muitas vezes, enfrentou fortes resistências, seja por sua dimensão política, seja pela burocratização dos espaços escolares, seja pelas dificuldades em sua materialização.

6.5.1 Fundamentos e princípios do currículo integrado

O currículo integrado faz parte de uma concepção de organização da aprendizagem que tem como finalidade oferecer uma educação que contemple todas as formas de conhecimento produzidas pela atividade humana. Trata-se de uma visão progressista de educação à medida que não separa o conhecimento acumulado pela humanidade na forma de conhecimento científico daquele adquirido pelos educandos no cotidiano das suas relações culturais e materiais. Por essa razão, possibilita uma abordagem da realidade como totalidade, permitindo um cenário favorável a que todos possam ampliar a sua leitura sobre o mundo e refletir sobre ele para transformá-lo no que julgarem necessário. O ensino integrado tem por objetivo “disponibilizar aos jovens que vivem do trabalho a nova síntese entre o geral e o particular, entre o lógico e o histórico, entre a teoria e a prática, entre o conhecimento, o trabalho e a cultura” (KUENZER, 2002, p. 43-44).

Por se tratar da integração da formação básica com a formação profissional o currículo integrado possibilita que os trabalhadores tenham acesso aos bens científicos e culturais da humanidade ao mesmo tempo em que realizam sua formação técnica e profissional. Esta formação se diferencia dos projetos vinculados aos interesses de mercado, uma vez que é bem mais que isso. É um ensino que pretende formar um profissional crítico, que seja capaz de refletir sobre sua condição

social e participar das lutas em favor dos interesses da coletividade.

Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. Formação que, neste sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos (CIAVATTA, 2005, p.85).

O currículo escolar, em uma sociedade de classes, constitui a representação dos interesses do pensamento dominante, mas também traz em si contradições que podem ser identificadas pelo princípio básico da dialética. O currículo integrado é uma forma de organização do conhecimento escolar que permite a compreensão das relações complexas que compõem a realidade e possibilita a emancipação dos educandos. Seu caráter transformador está em romper com as fragmentações que dificultam o desvelamento das contradições presentes nessa sociedade.

A integração curricular, no entanto, não se realiza apenas pela oferta de disciplinas da Educação Profissional e da Educação Básica. Integrar requer uma leitura da realidade concreta, com a participação dos sujeitos envolvidos na aprendizagem, para desvelar suas relações e suas especificidades. Para isso, é necessário mais do que práticas de cooperação entre as disciplinas do conhecimento científico. “A integração exige que a relação entre conhecimentos gerais e específicos seja construída continuamente ao longo da formação, sob os eixos do trabalho, da ciência e da cultura” (RAMOS, 2005, p. 122).

O exercício da aprendizagem, nessa perspectiva, tem relações estreitas com as condições específicas dos educandos e educadores. Por isso, integrar sob os eixos do trabalho, da ciência e da cultura como operação didática e pedagógica pressupõe um olhar comprometido com as relações estabelecidas no lugar da aprendizagem.

Este compromisso é político e, como tal, requer a compreensão de que educar exige interferir em determinada realidade e tomar posição. O currículo integrado, portanto, inscreve-se entre as propostas de educação cujo objetivo é romper com a ideia de neutralidade e é favorável aos processos de ensino e aprendizagem que concorram para a emancipação dos trabalhadores.

6.5.2 Aderência às demandas locais e regionais

Buscando dar conta de atender da demandas locais este documento orienta que todos os Projetos de Cursos Integrados de nível Médio, PROEJA e também o Bacharelado ofertados no *Campus* apresentem componentes curriculares voltados para as atividades agropecuárias regionais, formando profissionais capacitados à promoção da segurança alimentar e da sustentabilidade.

Os cursos de Subsequentes, EAD e Licenciaturas seguem a mesma lógica de formação quanto ao compromisso assumido com as comunidades locais, uma vez que priorizam a formação de profissionais comprometidos com a melhoria da qualidade de vida da população, assim como com o desenvolvimento humano e ambiental.

7 DIRETRIZES PARA A PRÁXIS PEDAGÓGICA: A PRÁXIS PEDAGÓGICA E A FORMAÇÃO TÉCNICO-HUMANÍSTICA

Quando falamos em diretrizes logo nos vem a ideia de direção, direcionamento, isto é, um caminho a seguir considerando os diversos contextos - sociais, profissionais e educacionais – que estão presentes em nossa vida.

No que diz respeito à educação, uma diretriz pedagógica nos remete à organização e à gestão da práxis pedagógica. No *Campus Santa Inês* toma-se as diretrizes próprias a cada Projeto de curso enquanto guia para a orientação do planejamento didático das ações e componentes curriculares. Desta forma, considera-se os espaços da Jornada Pedagógica, Reuniões Colegiadas, Reuniões por área de conhecimentos, Reorientação pedagógica aos docentes e acompanhamento constante da prática pedagógica e suas implicações.

7.1 Princípios orientadores da práxis pedagógica

Os princípios orientadores da práxis pedagógica, apresentados neste projeto guardam estreita ligações com os princípios elencados no Projeto Político Institucional do IF Baiano. Assim, o *Campus Santa Inês* pauta sua proposta em uma educação numa perspectiva democrática e libertadora, no reconhecimento da complexidade do fazer educativo, nos princípios da interdisciplinaridade, transdisciplinaridade, educação para as relações etnorraciais, educação ambiental, inclusão, sustentabilidade, multiculturalidade e igualdade de condições sociais.

7.1.1 Integração entre teoria e prática

Consideramos a aprendizagem como processo de construção de conhecimento em que, partindo dos conhecimentos prévios dos alunos, os professores assumem um fundamental papel de mediação, idealizando estratégias de ensino de maneira que, a partir da articulação entre o conhecimento do senso comum e o conhecimento sistematizado, o aluno possa desenvolver suas percepções e convicções acerca dos processos sociais e de trabalho, constituindo-

se como pessoa e profissional com responsabilidade ética, técnica e política em todos os contextos de atuação.

Os princípios pedagógicos, filosóficos e legais que subsidiam a organização, definidos neste Projeto Pedagógico, associados à aprendizagem dos conhecimentos presentes na estrutura curricular do curso, conduzem a um fazer pedagógico no qual a articulação entre teoria e prática é um princípio fundamental.

A relação entre teoria e prática é, genericamente, uma imposição da vida em sociedade. Não há intervenção humana na realidade com vistas a transformá-la sem uma prévia organização planejada com método e intencionalidade. Isso pressupõe uma íntima aproximação do pensamento e da ação, para resultar em transformação. A relação teoria e prática torna-se um processo contínuo de fazer, teorizar e refazer.

A teoria constituída por ideias, hipóteses que levam a representações abstratas, constrói os conceitos que somente serão consubstanciados na prática. Quando submetida à realidade, a teoria apartada da prática social vira palavra vazia sem significado.

Já a prática, se exclusivamente considerada, se transforma em mera atividade para execução de tarefas, reduzida a um fazer repetitivo que pode se traduzir em automação, ou seja, em ação destituída de reflexão. Em um mundo caracterizado pela dinamicidade, em que as condições materiais renovam cotidianamente as relações sociais e produtivas, a prática que não se sustenta no conhecimento torna-se imobilista e conservadora.

Sendo assim, consideramos que o diálogo permanente entre teoria e prática se constitui como pedra fundamental do planejamento pedagógico bem como da transformação da realidade, desde que consciente de sua condição sócio-histórica, e conseqüentemente, de suas determinações sociais.

7.1.2 Contextualização e flexibilização

De forma geral, contextualização é o ato de vincular o conhecimento à sua origem e à sua aplicação. A ideia de contextualização entrou em pauta com a reforma do ensino médio, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB nº 9.394/96), que acredita na compreensão dos conhecimentos para uso cotidiano. Além disso, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que são guias que

orientam a escola e os professores na aplicação do novo modelo, estão estruturados sobre dois eixos principais: a interdisciplinaridade e a contextualização.

A LDB nº 9.394/96, no artigo 28º, indica como isso pode ser feito, por expor que “os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente”. Isso significa que o ensino deve levar em conta o cotidiano e a realidade de cada região, as experiências vividas pelos alunos, quais serão suas prováveis áreas de atuação profissional, como eles podem atuar como cidadãos; enfim, ensinar levando em conta o contexto dos estudantes.

Etimologicamente, contextualizar significa enraizar uma referência em um texto, de onde fora extraída, e longe do qual perde parte substancial de seu significado. Contextualizar, portanto, é uma estratégia fundamental para a construção de significações. Se pensarmos a informação ou o conhecimento como uma referência ou parte de um texto maior, podemos entender o sentido da contextualização: (re)enraizar o conhecimento ao “texto” original do qual foi extraído ou a qualquer outro contexto que lhe empreste significado.

Podemos observar que não há nada no mundo físico, social ou psíquico que, em princípio, não possa ser relacionado aos conteúdos curriculares da educação básica, porque o próprio currículo é um recorte representativo da herança cultural, científica e espiritual de uma nação, um grupo, uma comunidade. É, portanto, quase inesgotável a quantidade de contextos que podem ser utilizados para ajudar os estudantes a dar significado ao conhecimento.

De outro lado, quase todos os fatos, problemas ou fenômenos físicos, psíquicos, individuais, sociais, culturais e religiosos com os quais os alunos entram direta ou indiretamente em contato podem ser relacionados ao conhecimento próprio de uma ou mais áreas ou disciplinas do currículo. Dito em outras palavras, isso quer dizer: todos os contextos, próxima ou remotamente familiares ao aluno, têm uma dimensão de conhecimento ou informação.

Sabendo disso, enquanto instituição educacional, reconhecemos que quanto mais próximos estiverem o conhecimento escolar e os contextos presentes na vida pessoal do aluno e no mundo no qual ele transita, mais o conhecimento terá significado.

Didaticamente, classificamos os contextos em três grandes categorias:

1. a vida pessoal e cotidiana dos alunos em sua riqueza e complexidade, que inclui de problemas econômicos a questões de convivência pessoal, de sexualidade a relações com o meio ambiente, do mundo do trabalho ao mundo da família, da gestão da vida financeira à gestão do corpo e da saúde;
2. a sociedade ou mundo em que o aluno vive, também rico e complexo, incluindo toda sorte de temas, questões e problemas, numa perspectiva globalizada e unificada pelas tecnologias da comunicação e transmissão de informação: política, economia, desenvolvimento científico, entre muitos outros;
3. o próprio ato de descoberta ou produção do conhecimento que pode ser reproduzido ou simulado.

Em cada caso reconhecemos que a contextualização mobiliza diferentes motivações para alcançar o objetivo, quais sejam:

- a) contextualizar o conhecimento nas questões presentes na vida pessoal do aluno, vivenciar intelectual e afetivamente a relevância do conhecimento para compreender e resolver seus próprios problemas, tomar decisões que afetam a qualidade de sua vida, construir uma visão de mundo e um projeto com identidade própria;
- b) buscar o significado do conhecimento a partir de contextos do mundo ou da sociedade em geral é levar o aluno a compreender a relevância e aplicar o conhecimento para entender os fatos, tendências, fenômenos, processos, que o cercam;
- c) contextualizar o conhecimento no próprio processo de sua produção é criar condições para que ele experimente a curiosidade e o encantamento da descoberta e a satisfação de construir o conhecimento com autonomia.

Assim, concluímos que contextualizar o ensino significa incorporar vivências concretas e diversificadas, e também incorporar o aprendizado em novas vivências. Contextualizar é uma postura frente ao ensino todo o tempo, não é exemplificar.

Por fim, contextualizar o ensino significa incorporar valores, porque explicam o cotidiano, constroem compreensão de problemas do entorno social e mundial, ou facilitam viver o processo da descoberta.

7.1.3 Tecnologias da Informação e Comunicação

Toda instituição de ensino precisa melhorar a competência de professores e estudantes em utilizar as tecnologias de comunicação e informação na educação, visto a rapidez com que elas se desenvolvem e a relevância que vêm ocupando na sociedade moderna. A forma como o sistema educacional incorpora as TIC afeta diretamente a diminuição da exclusão digital existente no país.

Vários pontos devem ser levados em conta quando se procura responder a questões como: Como as TIC podem ser utilizadas para acelerar o desenvolvimento da qualidade na educação? Como elas podem propiciar melhor equilíbrio entre mercado de trabalho e excelência na educação? Como elas podem contribuir para reconciliar universalidade e especificidade local do conhecimento? Como pode a educação preparar os indivíduos e a sociedade de forma que eles dominem as tecnologias que permeiam crescentemente todos os setores da vida e possam tirar proveito delas?

Acreditamos que:

- I. As TIC são apenas uma parte de um contínuo desenvolvimento de tecnologias, a começar pelo giz e os livros, todos podendo apoiar e enriquecer a aprendizagem.
- II. As TIC, como quaisquer ferramentas, devem ser usadas e adaptadas para servir a fins educacionais.
- III. Várias questões éticas e legais, como as vinculadas à propriedade do conhecimento, ao crescente tratamento da educação como uma mercadoria e à globalização da educação face à diversidade cultural interferem no amplo uso das TIC na educação.

Na busca de soluções a essas questões, o *Campus Santa Inês* privilegia a promoção de ações de disseminação das TIC na escola com o objetivo de melhorar a qualidade do processo ensino-aprendizagem, entendendo que o letramento digital é uma decorrência natural da utilização frequente dessas tecnologias. Contamos hoje com acesso à internet através de *wi-fi* bem como computadores com internet disponíveis para docentes e discentes e equipamentos multimídia em todas as salas de aula.

7.1.4 Estratégias de Permanência e Êxito dos Estudantes

O acesso é, certamente, a porta inicial para a democratização, mas torna-se necessário, também, garantir que todos os que ingressaram na escola tenham condições de nela permanecer com sucesso.

Assim, o *Campus* Santa Inês, além da responsabilidade de buscar ações que possam conduzir à superação dos entraves que influenciaram historicamente a democratização do acesso, também pretende procurar construir uma *práxis* pedagógica que dialogue com políticas afirmativas que possam assegurar a todos os estudantes que ingressarem nesta instituição tenham condições de nela permanecer, concluir com qualidade os seus estudos e oportunizar o prosseguimento desses.

Nessa perspectiva, o *Campus* Santa Inês estabelece estratégias de permanência e êxito dos estudantes levando em consideração a Constituição da República Federativa do Brasil, Art. 206, a Lei nº 9.394/1996, Art. 3º, o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 e a Política de Assistência Estudantil do IF Baiano.

A Política de Assistência Estudantil constitui-se em um conjunto de princípios norteadores para o desenvolvimento de programas e linhas de ações que favoreçam a democratização do acesso, permanência e o êxito do processo formativo, bem como a inserção socioprofissional do estudante com vistas à inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, ao fortalecimento da cidadania, à otimização do desempenho acadêmico e ao bem-estar biopsicossocial.

No IF Baiano *Campus* Santa Inês, a Política de Assistência Estudantil abrange todos os estudantes regularmente matriculados através de programas específicos, cujas premissas são: assegurar moradia, alimentação, transporte e inclusão social; criar espaços de reflexões sobre a diversidade; garantir assistência à saúde; garantir ações interdisciplinares e de natureza preventiva e interventiva junto aos estudantes, professores e pais ou responsáveis; garantir o exercício dos direitos culturais e as condições para a prática da cultura esportiva, do lazer e fazer artístico; estimular a representação estudantil através de ações que contribuam para o exercício da cidadania e do direito de organização política.

Corroborando para a permanência e êxito dos estudantes, o IF Baiano também instituiu recentemente algumas políticas, a saber:

Programa de Nivelamento: consiste na realização de atividades que visam melhorar o desempenho dos estudantes, em especial dos ingressos, de modo a elevar a turma para um melhor patamar de conhecimento, de modo a acrescentar as possibilidades de êxito no processo de formação e procurando minimizar as situações de evasão e reprovação. O Programa de Nivelamento terá regulamentação própria, considerando as normas estabelecidas no Regulamento do Programa de Nivelamento e Aprimoramento da Aprendizagem (PRONAP) do IF Baiano.

Programa de Monitoria: uma atividade que tem por finalidade oportunizar ao estudante meios para aprofundar os seus conhecimentos referentes ao curso, estabelecer parcerias entre estudantes e docentes e propiciar experiências em atividades de ensino, pesquisa e extensão. A monitoria terá regulamento próprio que estabelecerá os critérios e requisitos para a sua participação.

Programa de Tutoria Acadêmica: o Programa de Tutoria Acadêmica tem por objetivo atender e orientar o estudante do Curso Técnico Integrado ao Ensino em suas dúvidas e questões acadêmicas, apoiando no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, de forma a ajudá-lo a perceber como melhor organizar com qualidade o seu tempo de formação no Instituto Federal Baiano. O Programa de Tutoria será desenvolvido de acordo a Regulamento Próprio do IF Baiano.

Além desses programas, há o desenvolvimento de atendimento/acompanhamento pedagógico individual às turmas e estudantes pelo Núcleo de Apoio ao Processo de Ensino Aprendizagem, com vistas a desenvolver ações consistentes que possam favorecer a permanência dos estudantes, bem como o seu desenvolvimento.

Mediante a implementação dessas estratégias, o IF Baiano *Campus Santa Inês* acredita que a democratização da educação faz-se não somente com acesso, mas com ações que possibilitem a permanência de todos no processo educativo, dentro do qual o sucesso escolar é reflexo de qualidade.

7.2 Aulas práticas e visitas técnicas

O IF Baiano *Campus* Santa Inês, por compreender o estudante como sujeito do processo de aprendizagem, adota uma concepção metodológica que prioriza a construção do conhecimento de forma ativa e interativa, possibilitando a modificação do pensamento e a consolidação das competências e habilidades traçadas nos Projetos Pedagógicos de seus Cursos. Neste sentido, para ser eficaz e dinâmico, zela por uma diversidade de ações metodológicas, dentre elas, as aulas práticas e as viagens técnicas.

As aulas práticas, dependendo da natureza das atividades, podem ocorrer nos laboratórios didáticos do IF Baiano *Campus* Santa Inês, os quais possuem normas de utilização e biossegurança, nas unidades educativas de produção vegetal e animal (Setores de Produção), no campo (meio ambiente), na quadra poliesportiva, no Centro de Arte e Cultura, entre outros espaços, inclusive durante as visitas técnicas.

De um modo geral, os componentes curriculares, discriminados nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, preveem um quantitativo de carga horária prática.

A Visita Técnica é um mecanismo de interação instituto/comunidade, caracterizado pelo contato *in loco* entre os visitantes e o local visitado, objetivando a complementação didático-pedagógica de disciplinas teórico/práticas específicas dos cursos técnicos, tecnólogos, bacharelados e licenciaturas, preferencialmente de caráter interdisciplinar.

O IF Baiano *Campus* Santa Inês estimula o planejamento das viagens técnicas no início dos períodos letivos em reuniões colegiadas. Este procedimento favorece a realização de visitas interdisciplinares, a equacionalização e potencialização dos recursos, bem como o acompanhamento das atividades.

Os procedimentos para realização de viagens técnicas segue regulamentação específica.

7.3 Escola-Cooperativa

O *Campus* Santa Inês tem uma proposição de Cooperativa oriunda da antiga Escola Agrotécnica e essa contemplava a organização política e cooperada de

estudantes do Ensino Médio Integrado no que tange a comercialização de produtos produzidos nas Unidades de Campo. Com a transição de Escola Agrotécnica para Instituto, as condições apresentadas institucionalmente para a organização e funcionamento da Escola Cooperativa foram alteradas. Com isso, o *Campus* vem se mobilizando para reestruturar o modelo já existente.

7.4 Estágio Supervisionado

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos (Lei nº 11.788, de 25 setembro de 2008).

Seu objetivo é proporcionar o aprendizado de competências próprias da atividade profissional e a contextualização curricular possibilitando o desenvolvimento do educando para a prática no mundo do trabalho, permitindo assegurar ao estagiário o exercício da cidadania e da democracia.

O estágio supervisionado no IF Baiano *Campus* Santa Inês é regulamentado por legislação específica e divide-se em curricular obrigatório e não-obrigatório.

7.4.1 Estágio Obrigatório

Estágio obrigatório é aquele definido como tal no Projeto do Curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma (Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, Art. 2º, § 1º).

No IF Baiano *Campus* Santa Inês, o estágio curricular obrigatório segue as diretrizes especificadas em seus Projetos Pedagógicos de Curso, resguardando as especificidades da formação ofertada.

7.4.2 Estágio Não Obrigatório

Estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional,

acrescida à carga horária regular e obrigatória (Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, Art. 2º, § 2º).

No IF Baiano *Campus* Santa Inês somente os estudantes dos cursos Subsequentes e de Graduação podem realizar estágio não obrigatório, na categoria remunerada e realizado em contextos administrativos ou de monitoria.

7.5 Atividades Artístico-culturais

Para além das atividades que constam nos Planos Individuais de Trabalho do Professor, o *Campus* Santa Inês já conta com algumas atividades artístico-culturais programadas em calendário acadêmico, quais sejam:

- Projeto Bombarulho: oficinas de música e textos literários clássicos e populares, de autoria de estudantes e servidores, assim como de artistas da região.
- Café Literário: produção de estudantes envolvendo a produção de poemas; recitação e teatro.
- Mostra de Artes: instalações teatrais em torno de textos literários estudados;
- Novembro Negro: mostras de música, dança, teatro, produção de textos, palestras, rodas de prosa. Sempre tendo temáticas que tocam a história e cultura do povo negro no Brasil e no Vale do Jiquiriçá e em atividades que envolvem a comunidade interna e externa ao *Campus*.

7.6 Políticas de Ensino - PES

A Política de Ensino do *Campus* segue as diretrizes emanadas de documentos oficiais produzidos tanto pelo Ministério da Educação que em suas diferentes Secretarias planejam, orientam, acompanham e avaliam os diferentes níveis, ofertas e modalidades educacionais, quanto por orientações administrativas e didáticas emanadas do próprio Instituto.

No cotidiano vivenciado há uma orientação objetiva de que as práticas pedagógicas se construam de forma entrelaçada com os referenciais da Educação Popular, Educação do campo e Pedagogia Multirracial, as quais contemplam os ideais de humanização e respeito aos diferentes sujeitos da *práxis* em seus

diferentes tempos de aprendizagem.

Merecem destaque o Projeto de Curso do PROEJA e toda a concepção que vem sendo construída e instituída no *Campus* a partir do fomento de práticas que respeitem e valorizem a cultura local e a produção do conhecimento científico alicerçado em princípios humanos e democráticos.

7.6.1 Educação Básica e suas modalidades

Neste item, registra-se que o *Campus* Santa Inês oferta Cursos de Nível Médio, nas Modalidades:

- Técnico-Profissional – Cursos Integrados e Subsequente Presencial
- Educação de Jovens e Adultos – PROEJA

7.6.2 Educação à Distância

Em EAD, o *Campus* oferta cursos Técnicos na forma Subsequente. Esses resultam de consulta pública e têm como objetivo contribuir com a demanda na formação profissional de pessoas da região.

7.6.3 Educação Superior

Nesse nível, atendendo a demandas da região, são ofertados dois (2) cursos de formação de professores, quais sejam: Licenciatura em Geografia e Licenciatura em Ciências Biológicas.

Aproveitando a expertise institucional, o *Campus* oferta também o curso de Bacharelado em Zootecnia, possibilitando a verticalização da formação técnica.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei nº 11.788**, de 25 de setembro de 2008 - Planalto. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em: 26/12/2016.
- _____. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988). 40 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio)**. Brasília: MEC, 2000.
- _____. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9.394/96. Brasília: 1996.
- _____. **Estatísticas dos municípios baianos**. SEI/IBGE, 2015. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/calendario_2016.php. Acesso em: 22/12/2016.
- _____. Censo 2010. IBGE. Disponível em <http://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em 22/12/2016.
- _____. **Estatísticas dos municípios baianos**. SEI/IBGE, 2004. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2004/>. Acesso em: 22/12/2016.
- BERNSTEIN, B. **Class, codes and control**. Londres: Routledge and Kegan Paul, 1980.
- CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. *In*: FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M. e RAMOS, M. (Orgs.). **O ensino médio integrado**. Concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.
- FAZENDA, I. (Org.). **Práticas Interdisciplinares na Escola**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. SP: Paz e Terra, 2006.
- FRIGOTTO, G. **A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais**. *In*: JANTSCH, A, & BIANCHETTI, L. (Orgs.) Interdisciplinaridade para além da filosofia do sujeito. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 8ª edição. Rio de Janeiro-RJ: Civilização Brasileira, 1991.
- JAPIASSÚ, H. **Interdisciplinaridade e Patologia do Saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

KAVESKI, F. C. G. **Concepções acerca da interdisciplinaridade e transdisciplinaridade**: um estudo de caso. *In*: II Congresso Mundial de Transdisciplinaridade. Vitória/Vila Velha, 2005.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**: Teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 20. ed. atualizada. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

KUENZER, A. Z. **Formação de Professores para a Educação Profissional e Tecnológica**: perspectivas históricas e desafios contemporâneos. Brasília, INEP, Educação Superior em Debates, n.8. 2008.

_____, Acácia. (Org.). **Ensino médio**: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Adriano Larentes da **Currículo integrado**. Florianópolis : IFSC, 2014.

LUKÁCS, Georg. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. Temas de Ciências Humanas, São Paulo, (4): 1-18, 1978.

MENEZES, L. C. **A tecnologia no currículo do ensino médio**, 1998, mimeo.

MARX, K. **O capital - crítica da economia política**. 17a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1999.

NICOLESCU, Basarab. **O Manifesto da transdisciplinaridade**. Lisboa, Hugin, 2000.

PEREIRA, I. B. **A Formação Profissional em Serviço no Cenário do Sistema Único de Saúde**. Tese de Doutorado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política e Sociedade. PUC/SP, 2002.

PIAGET, J. Problèmes Généraux de la Recherche Interdisciplinaire et Mécanismes Communs. *In*: PIAGET, J. **Épistémologie des Sciences de l'Homme**. Paris: Gallimard, 1981.

PILETTI, Nelson; ROSSATO, Geovanio. **Educação básica – Da organização legal ao cotidiano escolar**. São Paulo: Editora Ática, 2010.

POMBO, O. Problemas e Perspectivas da Interdisciplinaridade. **Revista de Educação**, IV, 3-11, 1994.

RAMOS, Marise N. Possibilidades e Desafios na Organização do Currículo Integrado. *In*: RAMOS, Marise N. (Org.) ; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.); CIAVATTA, Maria (Org.) **Ensino Médio Integrado**: Concepção e Contradições. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Akiko. **Complexidade e transdisciplinaridade em educação**: cinco princípios para resgatar o elo perdido* Revista Brasileira de Educação v. 13 n. 37 jan./abr. 2008

SAUL, A. M. **Avaliação Emancipatória**. São Paulo: Cortez, 1998.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. 1ª ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados. 1987.

SILVEIRA, R. M. C. F. e BAZZO. W. A. **Ciência e Tecnologia**: transformando a relação do ser humano com o mundo. Disponível em: <http://www.uel.br/grupoestudo/processoscivilizadores>. Acesso em: 07/08/2015.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento**: plano de ensino-aprendizagem e Projeto Educativo. São Paulo: Libertad, 1995.